



SDC
SUPERINTENDÊNCIA DE
DOCUMENTAÇÃO

A | arquivos **.uff**
Superintendência
de Documentação

GUIA DE FUNDOS DA COORDENAÇÃO DE ARQUIVOS

1ª EDIÇÃO 2020

O Guia de fundos da Coordenação de Arquivos busca apresentar o acervo custodiado por esta unidade para a comunidade interna e externa, com vistas a aperfeiçoar e orientar o atendimento prestado.



Universidade Federal Fluminense

Antônio Cláudio Lucas da Nóbrega
Reitor

Fabio Barboza Passos
Vice-Reitor

Déborah Motta Ambinder de Carvalho
Superintendente de Documentação

Nelson Alfredo Salomão Neto
Coordenador de Arquivos

Organização do guia:

André Luiz Caetano Filgueiras
Denize Laureano Rocha
Kenea dos Santos Rodrigues
Nelson Alfredo Salomão Neto

Diagramação

Coordenação de Gestão e Difusão da Informação

Ficha catalográfica

U58g Universidade Federal Fluminense. Superintendência de Documentação. Coordenação de Arquivos.

Guia de fundos da Coordenação de Arquivos / Universidade Federal Fluminense. Superintendência de Documentação. Coordenação de arquivos. Niterói, 2020.

97 f. : il.
Inclui bibliografia.

1. Descrição arquivística codificada. 2. Documento de arquivo. 3. Manual. I. Universidade Federal Fluminense. Superintendência de Documentação. Coordenação de Arquivos. III. Título.

CDD -027.7

Bibliotecária responsável: Jane Alice de S. Teixeira - CRB7/5269

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	6
2. BREVE HISTÓRICO DO PRÉDIO	8
3. DO ARQUIVO GERAL À COORDENAÇÃO DE ARQUIVOS	9
4. ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL	11
5. INFORMAÇÕES GERAIS AOS USUÁRIOS	12
6. METODOLOGIA DE TRABALHO E DIRETRIZES	14
7. FUNDO UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	17
7.1 SEÇÕES DO FUNDO UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	18
GABINETE DO REITOR (GABR)	18
CONSELHO DE CURADORES (CUR)	20
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CEPEX)	21
CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CUV)	23
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ANTÔNIO PEDRO (HUAP)	25
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO (PROAD)	26
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO (PROEX)	27
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (PROGEPE)	28
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (PROGRAD)	29
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO (PROPI)	31
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO (PROPLAN)	32
SUPERINTENDÊNCIA DE ARQUITETURA, ENGENHARIA E PATRIMÔNIO (SAEP)	33
SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (SCS)	34
SUPERINTENDÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO (SDC)	35
CENTRO DE ARTE DA UFF (CEART)	37
CENTRO DE CIÊNCIAS MÉDICAS (CCM)	38
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS (CEG)	39
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS (CES)	40
CENTRO TECNOLÓGICO (CTC)	41
ESCOLA DE ENFERMAGEM (CME)	42
ESCOLA DE ENGENHARIA (TCE)	43

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL (ESS)	44
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS (EST)	45
FACULDADE DE DIREITO (ESD)	46
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (ESE)	48
FACULDADE DE FARMÁCIA (CMF)	49
FACULDADE DE MEDICINA (CMM)	51
FACULDADE DE ODONTOLOGIA (CMO)	53
FACULDADE DE VETERINÁRIA (CMV)	54
FACULDADE FLUMINENSE DE FILOSOFIA (FFF)	56
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL (EGA)	57
INSTITUTO BIOMÉDICO (CMB)	59
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS (EGG)	61
INSTITUTO DE LETRAS (EGL)	63
INSTITUTO DE MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA (IME)	66
INSTITUTO DE QUÍMICA (EGQ)	67
8. FUNDO FACULDADE TECNOLÓGICA DE SÃO GONÇALO (FATESG)	68
9. FUNDO FACULDADES SILVA SERPA (FASS)	70
REFERÊNCIAS	72



1. APRESENTAÇÃO

O Guia de fundos da Coordenação de Arquivos da Superintendência de Documentação da UFF busca apresentar o acervo custodiado por esta unidade para a comunidade interna e externa, com vistas a aperfeiçoar e orientar o atendimento prestado. Ao mesmo tempo, vislumbra ampliar sua visibilidade em busca de novos perfis de pesquisadores e usuários em geral. Dessa forma, o instrumento de referência converge para a principal função de um arquivo: dar acesso a seus documentos, organizados e contextualizados para que a partir deles se possa produzir conhecimento, bem como assegurar direitos.

O presente guia é o primeiro instrumento de pesquisa elaborado para a Coordenação de Arquivos da Universidade Federal Fluminense. Responde a uma necessidade cada vez maior de aprimorar os serviços prestados e dar transparência aos acervos custodiados. No decorrer de sua organização, tomou-se conhecimento de esforço semelhante nos idos de 2006, que não chegou a ser finalizado.

Os dados aqui organizados resultam de um esforço amplo e metódico desenvolvido no âmbito do Grupo de Trabalho para Elaboração de Normas de Recolhimento, Arranjo e Descrição

de Documentos Arquivísticos, constituído pela Determinação de Serviço SDC nº 78, de 17 de outubro de 2018. Foram obtidos levando- se em consideração a estrutura da Universidade até o mês de agosto de 2019. Logo, possíveis atualizações serão necessárias caso a UFF venha a passar por mudanças em sua estrutura ou reformas administrativas.

Todas as escolhas teóricas e técnicas que se apresentam a seguir levaram em conta, primordialmente, a satisfação do usuário, a realidade do Arquivo e da Universidade, as boas práticas da Arquivologia contemporânea, as orientações do Arquivo Nacional, os manuais e as normas vigentes.

À parte disso, é importante destacar que o respectivo guia não pretende ser um retrato definitivo e permanente do acervo da Coordenação e isso nem mesmo seria possível dado que a própria natureza dos arquivos exige atualizações periódicas, acréscimos e correções. Tampouco as escolhas metodológicas aqui apresentadas são atemporais, e retratam apenas o entendimento atual da equipe que o elaborou.

Dentre os conjuntos descritos neste instrumento, há os que ainda estão em fase de tratamento e carecem de organização, motivo pelo qual uma descrição mais detalhada de conteúdo não foi possível.

Uma vez elaborado o instrumento de referência mais abrangente, não há dúvidas de que outros se farão necessários, sejam em caráter complementar, sejam para aperfeiçoar o controle, a preservação ou ainda para verticalizar a descrição dos conjuntos e documentos arquivísticos. Espera-se que, a partir deste primeiro passo, desenvolvam-se instrumentos mais específicos.

Por fim, cabe ressaltar que a Universidade Federal Fluminense está registrada no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CODEARQ), sendo identificada pelo código BR RJUFF. Com esse registro a instituição é identificada, internacionalmente, como uma entidade custodiadora de acervo arquivístico no Brasil.



2. BREVE HISTÓRICO DO PRÉDIO

O prédio da Coordenação de Arquivos funcionou, inicialmente, como Lazareto Jurujuba, um complexo de prédios que tinha a finalidade de isolar em quarentena os viajantes estrangeiros que chegavam ao Rio de Janeiro. O Lazareto foi criado em 1851 devido aos surtos epidêmicos de diversas doenças infecciosas e no prédio funcionava um hospital.

A partir de 1856, a instituição recebeu o nome de Hospital Marítimo Santa Isabel, em homenagem à Princesa Isabel, filha do então Imperador D. Pedro II. O Hospital foi inaugurado em 29 de julho de 1856, na data do aniversário de dez anos de idade da homenageada.

Em 1861 o Hospital foi fechado, voltando a funcionar novamente em 1867, durante a Guerra do Paraguai, quando foi cedido para o Ministério da Guerra com a finalidade de receber e abrigar os militares enfermos.

Após 1898 o Hospital passou a se chamar Hospital Paula Cândido, em homenagem ao médico sanitarista Francisco de Paula Cândido. Em 1938 o prédio transformou-se em um educandário, que à época contava com cerca de 900 meninas.

Em 1944 foi criada a Escola de Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro, pelo Decreto nº 1.130, de 19/04/1944, que passou a funcionar no prédio do antigo Hospital. Em 1960 a Escola de Enfermagem foi federalizada junto a outras faculdades de Niterói para a criação da UFERJ (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro), que a partir de 1965 passou a se chamar UFF (Universidade Federal Fluminense).

Em 1969, o prédio recebe o recém-criado Núcleo de Documentação (NDC), que permanece em suas instalações até 1998. A partir de 1998, o Arquivo Central (AC) - que funcionava nas dependências da Avenida Jansen de Melo (Mequinho) - muda-se para Charitas, onde permanece até os dias atuais, sob a denominação de Coordenação de Arquivos (CAR).



3. DO ARQUIVO GERAL À COORDENAÇÃO DE ARQUIVOS

A inauguração do Arquivo Geral (AG) da Universidade Federal Fluminense (UFF) ocorreu em 19 de setembro de 1985, durante a gestão do Professor José Pedro Pinto Esposel, diretor do Núcleo de Documentação. Contava, à época, com o acervo de dossiês de aluno de 1938 a 1961 da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Estado do Rio de Janeiro.

Faziam parte do Arquivo Geral as Seções de Arquivo Intermediário e Arquivo Permanente, quando em 1989 foi adicionada à sua estrutura a Seção de Arquivo Corrente, em resposta à crescente demanda da administração em relação à gestão de documentos na Universidade. Posteriormente, em 1994, outro setor é criado na estrutura do Arquivo Geral, o Arquivo Especial, que tinha como objetivo orientar a política interna referente à guarda, conservação e recuperação de documentos em suportes não- textuais.

Em 1994, o Arquivo Geral passa a se chamar Arquivo Central (AC), conforme disposto na Norma de Serviço nº 409, de 30 de março de 1994, que oficializou sua institucionalização. As atribuições do Arquivo Central eram prestar orientação técnica aos órgãos da UFF, na organização da documentação corrente; e promover a transferência e recolhimento dos documentos, que já não sejam de uso frequente, independente de sua forma física, preservando o valor histórico, jurídico, patrimonial, técnico, acadêmico e administrativo.

Quatro anos mais tarde, o Arquivo Central muda sua sede para Charitas, no prédio onde funcionou o Núcleo de Documentação (NDC). O Arquivo Central (AC) também recebeu outras denominações, sendo designado como Gerência de Arquivos e posteriormente Divisão de Arquivos (DARQ), permanecendo a última até o ano de 2011.

Diante da necessidade de modernização da estrutura organizacional da Universidade Federal Fluminense, a Coordenação de Arquivos (CAR) foi criada pela Portaria GAR nº 45.248, de 21 de julho de 2011, que reafirmou e aprovou uma reestruturação administrativa na Superintendência de Documentação, órgão ao qual é subordinado.

Em 2019, em virtude da publicação do Decreto nº 9.725, de 12 de março de 2019, a SDC e conseqüentemente a CAR passam por nova reestruturação. Dessa forma, o regimento aprovado em Sessão Ordinária do Conselho Universitário da UFF, por meio da Decisão CUV nº 100/2019, atribuiu à CAR, os seguintes arquivos: Arquivo Intermediário, Arquivo Permanente, Arquivo Especial e Arquivo de Processos. Além disso, a CAR conta com o Laboratório de Reprografia e o Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos Arquivísticos.

Atualmente a Coordenação de Arquivos (CAR) tem como atribuições:

- I. propor, supervisionar e garantir as atividades relativas à gestão de documentos e arquivos da Universidade;
- II. planejar e supervisionar projetos técnicos voltados para a documentação arquivística, por intermédio de parcerias entre a Universidade e outras instituições;
- III. promover e assegurar as assessorias técnicas requisitadas pelas unidades da universidade;
- IV. supervisionar e acompanhar o atendimento às pesquisas internas e externas no acervo custodiado;
- V. propor a realização de eventos na área de Arquivologia;
- VI. proporcionar e manter intercâmbio com órgãos normativos e entidades arquivísticas afins;
- VII. promover a integração permanente entre os Arquivos e a unidades acadêmicas e administrativas da Universidade;
- VIII. planejar, supervisionar e incentivar ações de sustentabilidade voltadas à gestão de documentos da Universidade.



© Paula Fernandes - SCS

4. ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL



5. INFORMAÇÕES GERAIS AOS USUÁRIOS

Localização:

Av. Prefeito Silvio Picanço, 1565 - Charitas - Niterói - Rio de Janeiro. CEP: 24360-030

Contatos:

Tel/fax: (0xx21) 2710-6060

E-mail: atendimento.car.sdc@id.uff.br

Site: <http://www.arquivos.uff.br>

Horário de Atendimento ao Público: Segunda a sexta-feira de 07:00h às 19:00hrs.

Consulta e reprodução:

Todo o acervo documental da Coordenação de Arquivos está aberto à consulta, excetuando-se os documentos que contêm informação sigilosa, nos termos da legislação em vigor. O acesso é facultado ao usuário desde que em consonância com as normas e termos de responsabilidade e aos cuidados necessários à preservação dos documentos. É permitida ainda a reprodução dos documentos textuais e especiais, respeitando-se os procedimentos de cópia, digitalização e citação. A reprodução pode, em alguns casos, ser franqueada pelo Arquivo.

Equipe:

Coordenação de Arquivos

car.sdc@id.uff.br

» Nelson Alfredo Salomão Neto

Sala de Pesquisa

atendimento.car.sdc@id.uff.br

» Rosale de Mattos Souza

Arquivo Intermediário

sain.car.sdc@id.uff.br

» Beatriz Bahia Gomes da Silva Faria

» Camilla Fernandes de Aquino

» Denize Laureano Rocha

» Edson Pereira do Nascimento

» Juliana Corrêa Duarte Alves David

» Juliana Leonício Sales de Oliveira

» Kenea dos Santos Rodrigues

» Tiago Vinícios Policarpo Côrtes

Arquivo Permanente

sape.car.sdc@id.uff.br

» Marcela Virginia Thimoteo da Silva

» Maria Thereza Monteiro Pereira Sotomayor

» Rosangela Garcia Domingues

Arquivo Especial

saes.car.sdc@id.uff.br

» André Luiz Caetano Filgueiras

Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos Arquivísticos

spda.car.sdc@id.uff.br

- » Ary Alfredo Pereira Fortes
- » Paulo Roberto Batista Torres

Laboratório de Reprografia

lare.car.sdc@id.uff.br

- » Glauce Cristina da Conceição Silva
- » Jorge Martins Fagundes
- » Letícia Brites da Silva
- » Nery Aguiar Junior



6. METODOLOGIA DE TRABALHO E DIRETRIZES

Para a elaboração do instrumento de pesquisa aqui apresentado, foram necessárias diversas etapas de planejamento e execução, sendo as últimas divididas entre o mapeamento teórico e levantamento de dados.

Iniciando pelo mapeamento teórico, buscou-se um resgate dos principais conceitos relacionados ao princípio arquivístico de respeito aos fundos, apresentado por Michel Duchein em 1977, bem como os conceitos relacionados às atividades de descrição e elaboração de instrumentos de pesquisa.

Nessa busca, pudemos reafirmar o fundo arquivístico como um conjunto de documentos produzidos e recebidos organicamente por uma entidade pública ou privada, no exercício de suas atividades. Considerando que o fundo arquivístico caracteriza-se como uma entidade abstrata, de ordem lógico/funcional - e não necessariamente física - seu estabelecimento se dá de forma subjetiva e sempre será fruto de escolhas que carregam consigo aspectos positivos e negativos.

Ao estabelecer uma abordagem maximalista de fundo arquivístico, por exemplo, é possível que muitos níveis hierárquicos tenham de ser suprimidos antes de se chegar de fato aos produtores reais dos documentos e suas séries¹. A abordagem essencialmente minimalista, por sua vez, pode vir a turvar as relações contextuais entre as partes que compõem o corpo administrativo (COOK, 2017, p. 38).

Por isso, tornou-se parte imperiosa do trabalho projetar os aspectos positivos e negativos das abordagens sobre acervos de universidades brasileiras e, sobretudo, sobre a realidade da Universidade Federal Fluminense, dotada de uma história rica e complexa no que tange às suas mudanças estruturais. A mais relevante delas reside em sua própria criação, ainda como Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFERJ), uma vez que incorporou e deu continuidade às atividades e funções de diversas faculdades que já existiam à época de sua criação.

Também constituiu um método de trabalho a busca por orientações de autoridades competentes que conferissem segurança e estabilidade à elaboração do guia, notadamente a Coordenação-Geral de Gestão de Documentos (COGED) do Arquivo Nacional, órgão ao qual a Universidade responde no âmbito Executivo Federal.

Superada a fase de aplicação teórica ao guia, reuniram-se os instrumentos de controle da Coordenação de Arquivos para dimensionar o estabelecimento de fundos e seções, sendo uma opção do Grupo de Trabalho estabelecer apenas os fundos e seções já recebidos pela CAR, ficando de fora os que ainda podem vir a ser transferidos/recolhidos. Para a ficha de descrição, buscou-se um equilíbrio entre a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) e a natureza do acervo da Coordenação de Arquivos.

Com a estrutura definida, os esforços se direcionaram ao extensivo e minucioso levantamento dos dados que compõem a ficha de descrição. Para o levantamento da história administrativa

1 - O estabelecimento do conceito de subfundos, bem como outras subdivisões sugeridas posteriormente pelas normas nacionais e internacionais, atenuou o problema prático de aplicação maximalista aqui mencionado.

das unidades descritas, recorreu-se sobretudo aos próprios sítios eletrônicos oficiais, bem como os Boletins de Serviço da UFF e aos memorandos setoriais da Coordenação. Para o campo dimensão e suporte, auxiliaram os instrumentos topográficos mais atuais disponíveis. Já para o estabelecimento de datas-limite, não haviam dados confiáveis e tampouco atualizados disponíveis e por isso foi necessário recorrer aos próprios conjuntos documentais individualmente. Dada a extensão da tarefa e a inviabilidade de precisar o ano de cada conjunto, optou-se por definir inicialmente as décadas dos primeiros e últimos documentos recebidos.

Optou-se por trabalhar com a ideia de um único fundo, o fundo UFF. Essa escolha está ancorada na abordagem maximalista, proposta por Duchein (1986, p. 20) na qual o fundo é definido pelo seu nível mais alto. Neste caso, todos os documentos produzidos pelos órgãos que compõem a estrutura administrativa da UFF irão compor o fundo UFF. Entendemos que uma abordagem minimalista, ou seja, de reconhecer como fundo “o nível da menor partícula funcional possível, considerando que o verdadeiro conjunto orgânico de arquivos deriva dessa pequena célula” (DUCHEIN, 1986, p. 19), não seria a mais indicada para a UFF, tendo em vista que os setores mais baixos da hierarquia funcional são os mais sujeitos a supressões ou fusões, fato que levaria a existência de uma multiplicidade de fundos abertos e/ou fechados. Considerando que os órgãos da alta cúpula são menos suscetíveis às mudanças administrativas, e que o conjunto orgânico está traduzido no conjunto documental produzido pela Universidade, é que foi decidido pela abordagem maximalista.

Outro ponto de destaque foi de considerar o conjunto de documentos das faculdades isoladas que deram origem a UFF como parte



integrante dos conjuntos documentais das faculdades, institutos e escolas que as sucederam.

A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFERJ), que depois viria a ser chamada de UFF, foi formada pela incorporação das seguintes instituições: Faculdade Fluminense de Medicina; Faculdade de Direito de Niterói; Faculdade de Farmácia e Odontologia do Estado do Rio de Janeiro; Faculdade Fluminense de Odontologia e Escola Fluminense de Medicina Veterinária; e pela agregação das seguintes instituições Faculdade Fluminense de Filosofia; Escola Fluminense de Engenharia; Faculdade de Ciências Econômicas; Escola de Serviço Social e Escola de Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro, conforme determinado na Lei nº 3.848, de 18 de dezembro de 1960. Ainda de acordo com esta lei, tais instituições passaram a se denominar: Faculdade de Medicina, Faculdade de Direito, Faculdade de Farmácia, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Veterinária, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Escola de Engenharia, Faculdade de Ciências Econômicas, Escola de Serviço Social e Escola de Enfermagem da UFERJ (BRASIL, 1960, s.p.).

Tais instituições precursoras não deixaram de existir, mas passaram a coexistir na forma da UFERJ. Sendo assim, toda sua estrutura acadêmica e administrativa foi absorvida pela UFERJ sem que estas instituições tenham sido extintas. Na prática, estas instituições permaneceram com as mesmas competências que tinham antes. Assim, não há extinção dos órgãos ou supressão das competências que lhes são atribuídas.

Outrossim, é crível supor que para o funcionamento da UFERJ seria necessário que esta tivesse acesso aos documentos das faculdades precursoras. Considerando que houve continuidade da competência das faculdades precursoras para a UFERJ, inferimos que tais conjuntos documentais não são fundos fechados mas sim abertos, como indica Duchein (1986, p. 25). Além disso, as funções de tais instituições existem até hoje na forma de faculdades, institutos e escolas. Desta forma, entendemos que há continuidade das atividades das faculdades precursoras tanto na UFERJ quanto na UFF.

Além do fundo UFF, a Coordenação de Arquivos faz a custódia dos acervos documentais de duas faculdades particulares que foram descredenciadas do MEC. Esta é uma orientação do Parecer nº 36/2010, da Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação, que determinou que uma Universidade Federal, situada na mesma unidade da Federação ou mais próxima da Instituição de Ensino Superior (IES) desativada, realizasse a custódia da documentação para consultas, verificações e expedição de documento comprobatórios, como diplomas, certificados, declarações e históricos escolares.

Sendo assim, mesmo sem ser uma instituição arquivística, a UFF poderá abrigar fundos de outras IES que sejam desativadas e que satisfaçam as exigências para custódia exaradas pelo Parecer nº 36/2010. Optou-se aqui, por tratar cada conjunto documental das IES desativadas como fundos, e respeitando o princípio da proveniência e do respeito aos fundos.



7. FUNDO UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Neste guia, optou-se por tratar o fundo Universidade Federal Fluminense como fundo único da Universidade. Assim, o fundo UFF abarca toda a documentação produzida após sua constituição formal em 1960, ainda sob o nome de Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFERJ). E abriga, da mesma forma, documentos das antigas faculdades do estado do Rio de Janeiro que a precederam, no início do século XX, e que após processo de federalização foram incorporadas à Universidade Federal nascente.

Entre estas, destacam-se a Faculdade Fluminense de Medicina (FFM), a Faculdade Fluminense de Filosofia (FFF), a Faculdade de Direito de Niterói (FDN) e a Faculdade de Farmácia e Odontologia do Estado do Rio de Janeiro (FFOERJ). Tal escolha metodológica deu-se, sobretudo, por entender que as macrofunções das faculdades antigas foram incorporadas pela UFF, havendo flagrante linha de continuidade entre o período pré-federalização e o período pós-federalização dos cursos supracitados. Levou-se em conta também uma orientação obtida junto à Coordenação de Gestão de Documentos (COGED) do Arquivo Nacional em março de 2019, que sinaliza na mesma direção.

Na descrição das seções que fazem parte do fundo, optou-se por incluir os documentos ainda em tratamento e avaliação, por entender que a decisão favorece uma abordagem mais transparente do acervo custodiado. Além disso, contempla os documentos que ainda não estão no arquivo permanente, mas que dele poderão fazer parte. Quanto aos extintos Centros Universitários, formam seções que, por estarem em processo de avaliação e organização arquivística, podem ser temporárias.

Ao fundo Universidade Federal Fluminense foi atribuído o código BR RJUFF UFF, em consonância com a Norma Brasileira de Descrição de Documentos Arquivísticos (NOBRADE).

Data-limite:

- Década de 1910 a década de 2010

Dimensão:

- Textual: 1.185,13 metros lineares Iconográfico: 12.750 itens
- Cartográfico: 3.443 itens
- Bibliográfico: 1.239 itens
- Filmográfico: 470 itens
- Sonoro: 119 itens
- Informático: 563 itens

7.1 SEÇÕES DO FUNDO UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

FICHA DE DESCRIÇÃO

TÍTULO E SIGLA

GABINETE DO REITOR (GABR)

DATA-LIMITE

Da década de 1960 à década de 2010

DIMENSÃO E SUPORTE

190,02 metros lineares de documentação textual; 1.683 fotografias; 3.157 negativos; 535 cópias por contato; 339 plantas/mapas/desenhos.

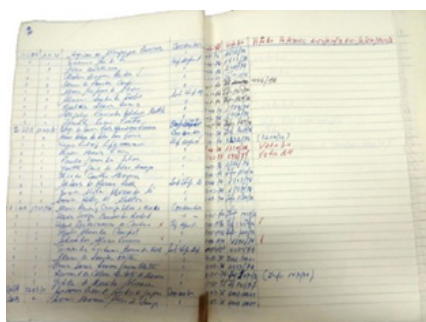
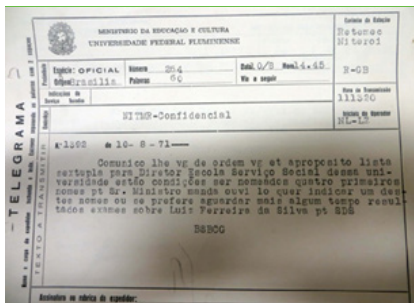
HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

O Gabinete do Reitor assiste direta e imediatamente o Reitor em suas atividades por meio de secretarias, relações públicas, assessorias. O GABR se faz presente na Universidade desde sua fundação, como Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFERJ). Entre os serviços oferecidos pela unidade está o Serviço de Apoio Técnico (SAPT/GABR), que tem como prerrogativa prestar assistência técnica ao Reitor, Vice-Reitor, Chefe de Gabinete, Assessores e à Comunidade Universitária em relação às diversas parcerias em vigência, celebradas pela Universidade Federal Fluminense com outras instituições em forma de Convênios e Acordos de Cooperação Técnico-Científica. Assiste também em relação aos Protocolos de Intenção - instrumentos de natureza mais ampla e genérica, que visam oportunizar ações conjuntas concretizadas através de Convênios e de Acordos de Cooperação Técnico- Científica.

Ainda, como apoio técnico ao Gabinete do Reitor, o segmento procura manter um atualizado banco de dados, contendo nomes e mandatos dos atuais dirigentes das Unidades Acadêmicas, chefes de Departamento e coordenadores de Curso de Graduação e de Pós-Graduação da Universidade.

ÂMBITO E CONTEÚDO

Nesta seção encontram-se portarias, normas e ofícios expedidos pelo reitor, clippings, documentos referentes ao Apoio Técnico (SAPT/CAD), Programa de Apoio Técnico Assistencial Empresarial (PATAE), Escritório Técnico do Campus (ETC), Comissão Permanente dos Regimes de Trabalho (COPERT), Editora da Universidade Federal Fluminense (EDUFF), Coordenadoria de Projetos em Desenvolvimento (COPEDE), Comissão Permanente de Vestibular (COPEVE), Comissão Permanente de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (COPERTIDE), Núcleo de Imprensa Universitária (NIU), Procuradoria Federal Junto à UFF (PROGER) e Assessoria para Assuntos Internacionais (AAI). Encontram-se também documentos referentes à extinta Assessoria de Segurança e Informação (ASI/UFF). Criadas em 1971, na vigência da ditadura militar brasileira, as ASIs universitárias tinham como prerrogativa alimentar a vigilância e a troca de informações entre os órgãos do governo (Ministério da Educação - MEC, Departamento de Ordem Política e Social - DOPS e Serviço Nacional de Informações - SNI) sobre professores e alunos, acatando interferências inclusive nas contratações, promoções e demissões de docentes contrários ao regime. Há neste conjunto documental, por exemplo, listas de veto de professores para cargos de direção, telegramas do MEC, memorandos da Divisão de Segurança da Informação (DSI). Encontram-se ainda na seção Gabinete do Reitor documentos iconográficos e, exclusivamente no âmbito do PATAE, cartográficos. Entre os iconográficos, registros de processos eleitorais, posses, inaugurações, congressos e títulos honoris causa, entre outros.



À esquerda, telegrama do MEC com parecer dos candidatos a diretores da Escola de Serviço Social, 1971. À direita, Lista de veto de professores para cargos de direção entre 1975 e 1977.

CONDIÇÕES DE ACESSO

Não há restrições de acesso aos documentos supracitados.

NOTAS SOBRE PUBLICAÇÃO:

PEREIRA, Ludmila Gama. *Nenhuma ilha da liberdade: vigilância, controle e repressão na Universidade Federal Fluminense (1964-1987)* / Ludmila Gama Pereira. Tese de doutorado – 2016.

SOUZA, Rosale de Mattos. *Produção de sentido em documentos e informações de arquivos sigilosos: comunidade de informação e contrainformação sob o olhar da Assessoria de segurança e informação – ASI UFF de 1971 – 1982*. 271 f. 2017. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2017.

FICHA DE DESCRIÇÃO

TÍTULO E SIGLA

CONSELHO DE CURADORES (CUR)

DATA-LIMITE

Década de 1970 a década de 1980

DIMENSÃO E SUPORTE

0,14 metros lineares de documentação textual.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

Criado no contexto da Reforma Universitária, regida pela Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, o Conselho de Curadores tem como função fiscalizar economicamente e financeiramente a Universidade. Desde sua criação, sofreu algumas alterações em sua composição, sobretudo após a extinção dos Centros Universitários, a interiorização da Universidade pelo Estado do Rio de Janeiro e a maior representatividade do servidores técnico-administrativos.

Atualmente, o Conselho compõe-se da seguinte forma: Presidente da Câmara de Orçamento e Finanças do Conselho Universitário; representação docente a ser preenchida por: dois titulares e respectivos suplentes para cada uma das quatro áreas de conhecimento; um representante da região de Volta Redonda e Angra dos Reis; um representante da região de Rio das Ostras e Nova Friburgo; um representante da região de Campos dos Goytacazes e Santo Antônio de Pádua; um representante da comunidade; um representante do Ministério da Educação; representantes dos estudantes em número que corresponda a 1/5 (um quinto) do total dos membros do Conselho; e um representante dos servidores técnico-administrativos.

São atribuições do Conselho de Curadores: pronunciar-se sobre a proposta orçamentária; emitir parecer sobre a abertura de crédito; fiscalizar a execução orçamentária; pronunciar-se conclusivamente sobre os balanços e a prestação de contas da Universidade; eleger a lista de três nomes para nomeação do Reitor pelo Presidente da República; eleger a lista de três nomes para nomeação do Vice-Reitor pelo Presidente da República.

ÂMBITO E CONTEÚDO

Nesta seção encontram-se Resoluções, Indicações e Decisões do Conselho.

CONDIÇÕES DE ACESSO

Não há restrições de acesso aos documentos supracitados.

FICHA DE DESCRIÇÃO

TÍTULO E SIGLA

CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CEPEX)

DATA-LIMITE

Da década de 1960 a década de 2000

DIMENSÃO E SUPORTE

5,8 metros lineares de documentação textual.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (anteriormente denominado de Conselho de Ensino e Pesquisa) é órgão eminentemente técnico para coordenação do ensino e pesquisa na UFF, autônomo em sua competência e que é presidido pelo Reitor.

Com as mudanças internas, como a extinção dos Centros Universitários, a interiorização da Universidade pelo Estado do Rio de Janeiro e a maior representatividade dos servidores técnico-administrativos, a composição do Conselho também sofreu mudanças. Atualmente possui a seguinte composição: o Reitor, que atua como presidente do Conselho; dois representantes do corpo docente titulares e respectivos suplentes para cada uma das quatro áreas de conhecimento; um representante do corpo docente da região de Volta Redonda e Angra dos Reis; um representante da região de Rio das Ostras e Nova Friburgo; um representante da região de Campos dos Goytacazes e Santo Antônio de Pádua; dois representantes da comunidade escolhidos pelo Conselho Universitário, sendo um profissional de nível superior de notável saber em sua especialidade e, outro, membro das classes produtoras; representantes dos estudantes em número correspondente a 1/5 (um quinto) do total de membros do Conselho; os Pró-Reitores; e dois representantes dos servidores técnico-administrativos.

São atribuições do CEPEX: coordenar e fiscalizar as atividades em todos os setores de ensino e pesquisa da Universidade; aprovar o relacionamento dos estudos básicos entre si e destes com a aplicação e a pesquisa, evitando atividades concorrentes e conflitos de atribuições; formular as diretrizes gerais do ensino, da pesquisa e da extensão a serem adotados pela Universidade; aprovar medidas destinadas a solucionar questões de natureza pedagógica; acompanhar a execução da política educacional da Universidade propondo medidas que julgar necessárias a seu aperfeiçoamento e desenvolvimento; elaborar e reformar seu próprio Regimento; exercer as demais incumbências que lhe forem conferidas no Regimento Geral da Universidade; aprovar convênios de interesse do ensino e da pesquisa, que não impliquem em despesas para a Universidade; traçar normas para os concursos de habilitação do pessoal docente e discente para ingresso na Universidade; estabelecer o calendário escolar dos cursos mantidos pela Universidade; apreciar, mediante propostas dos Colegiados de Unidade a criação, agregação e incorporação de cursos, para posterior aprovação pelo Conselho Universitário, nos termos da legislação aplicável; pronunciar-se sobre a distribuição do pessoal docente; eleger, em reunião conjunta com os Conselhos Universitários e de Curadores, a lista de três nomes para nomeação do Reitor e Vice-Reitor pelo Presidente da República.

ÂMBITO E CONTEÚDO

Nesta seção encontram-se Resoluções, Indicações e Decisões do Conselho.

CONDIÇÕES DE ACESSO

Não há restrições de acesso aos documentos supracitados.

FICHA DE DESCRIÇÃO

TÍTULO E SIGLA

CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CUV)

DATA-LIMITE

Da década de 1960 a década de 1990

DIMENSÃO E SUPORTE

3,5 metros lineares de documentação textual.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

O Conselho Universitário (CUV) é o órgão supremo de deliberação coletiva da UFF. Atualmente, o CUV é presidido pelo Reitor e integrado: pelo Vice-Reitor; pelos Ex- Reitores, enquanto no exercício do magistério; pelo Diretor de cada Escola, Faculdade ou Instituto; por cinco representantes do corpo docente, titulares e respectivos suplentes; três representantes do corpo docente da região de Volta Redonda e Angra dos Reis; dois representantes do corpo docente da região de Rio das Ostras e Nova Friburgo; um representante da região de Campos dos Goytacazes e Santo Antônio de Pádua; pelos representantes dos estudantes em número correspondente a 1/5 (um quinto) do total dos membros do Conselho; por quatro representantes da comunidade escolhidos a 1/5 (um quinto) do total dos membros do conselho; e por seis representantes dos servidores técnico-administrativos.

O CUV tem cinco câmaras especializadas: Câmara de Legislação e Normas, Câmara de Orçamento e Finanças, Câmaras de Assuntos Educacionais e Culturais e de Integração Comunitária, Câmara de Assuntos Administrativos, Câmara de Assuntos Estudantis.

São atribuições do CUV: orientar a política educacional da Universidade dentro dos princípios e normas gerais da legislação competente; exercer a jurisdição de sua alçada na Universidade; elaborar e reformar o Estatuto da UFF, e de seu regimento interno; aprovar o Regimento Geral da Universidade, encaminhando-o à apreciação do órgão competente; aprovar os Regimentos das Unidades Universitárias, dos Departamentos, do Diretório Central dos Estudantes e dos diversos órgãos técnicos, administrativos, assistenciais e culturais integrantes da Universidade; eleger em reunião conjunta com os Conselhos de Ensino Pesquisa e Extensão e o de Curadores, a lista de três nomes para a nomeação do Reitor e Vice-Reitor pelo Presidente da República; propor a quem de direito, em parecer fundamentado, a destituição do Reitor, antes de findar o prazo de seu mandato; aprovar o orçamento da Universidade com base nos estudos elaborados por seus órgãos técnicos; aprovar a abertura de créditos, a concessão de prêmios pecuniários, a celebração de convênios ou acordos que acarretem ônus a Universidade e a aceitação de legados ou doações; julgar os balanços e a prestação de contas da Universidade após pronunciamento do Conselho de Curadores; fixar as diretrizes financeira e patrimonial da Universidade, com vistas ao resguardo de seus interesses institucionais e à plena concretização de sua finalidade; conferir, por iniciativa própria ou proposição de qualquer Unidade, os títulos de "Doutor Honoris Causa", "Professor Honoris Causa", e "Professor Emérito"; fiscalizar o cumprimento da legislação em vigor e apurar responsabilidades do Reitor; deliberar sobre medidas preventivas e corretivas de atos que envolvam indisciplina coletiva no âmbito da Universidade; promover a criação e funcionamento de novos cursos, centros de treinamento e aperfeiçoamento, bem como incorporar ou desdobrar os já existentes; autorizar a alienação de bens móveis e imóveis; atualizar a tabela de taxas administrativas e emolumentos escolares da Universidade; opinar e deliberar sobre outras matérias que lhe forem atribuídas e julgar a prestação de contas do Diretório Central dos Estudantes.

ÂMBITO E CONTEÚDO

Nesta seção encontram-se Resoluções, Indicações e Decisões do Conselho.

CONDIÇÕES DE ACESSO

Não há restrições de acesso aos documentos supracitados.

FICHA DE DESCRIÇÃO

TÍTULO E SIGLA

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ANTÔNIO PEDRO (HUAP)

DATA-LIMITE

Da década de 1930 a década de 1960

DIMENSÃO E SUPORTE

5,92 metros lineares de documentação textual.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

O Hospital Universitário Antônio Pedro (HUAP) foi inaugurado no dia 15 de janeiro de 1951, como Hospital Municipal Antônio Pedro. Funcionou até 1957, quando fechou as portas por falta de recursos.

Em dezembro de 1961, um incêndio de grandes proporções teve início no Gran Circus Americano e o Hospital foi reaberto em caráter emergencial, visando atender às vítimas deste acidente. O esforço contou com médicos da Prefeitura e estudantes da Faculdade de Medicina da UFF. A referida tragédia explicitou a necessidade de um hospital de grande porte para atender à cidade de Niterói e levou a um esforço para mantê-lo aberto, sem sucesso.

Em 1964, o Hospital foi cedido pela Prefeitura de Niterói à Universidade Federal Fluminense, transformando-se assim no Hospital Universitário Antônio Pedro.

ÂMBITO E CONTEÚDO

Nesta seção encontram-se livros de registro da obstetrícia, ambulatórios e de internações do Hospital. O HUAP conta com um arquivo setorial, onde podem ser encontrados outros documentos administrativos.

CONDIÇÕES DE ACESSO

Não há restrições de acesso aos documentos supracitados.

FICHA DE DESCRIÇÃO

TÍTULO E SIGLA

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO (PROAD)

DATA-LIMITE

Década de 1970

DIMENSÃO E SUPORTE

9,8 metros lineares de documentação textual.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

A Pró-Reitoria de Administração (PROAD) é um órgão da administração central da UFF e é responsável pelo planejamento e à execução orçamentária e financeira da instituição. Foi criada pela Portaria nº 43.512, de 10 de dezembro de 2010. Sua estrutura original contava com a Coordenação de Transportes Segurança e Logística; Coordenação de Administração Financeira; Coordenação de Material e Contratos; e Coordenação de Licitação, além do Protocolo, Secretaria, Serviço de Apoio Administrativo e da Gráfica Universitária. Em 2012, teve sua nova estrutura aprovada pela Portaria nº 47.204, de 21 de junho do mesmo ano. O Protocolo passou a se chamar Gerência Plena de Comunicações Administrativas – Protocolo Geral e possui status de coordenação enquanto que a Gráfica Universitária foi retirada de seu organograma.

A PROAD atua também em outras áreas consideradas essenciais para o funcionamento da UFF. Neste sentido são atribuições da PROAD a aquisição de materiais e equipamentos, contratação de serviços, gestão dos contratos, licitações e comunicações administrativas.

ÂMBITO E CONTEÚDO

Documentos administrativos

CONDIÇÕES DE ACESSO

Os documentos não se encontram em condições para consulta.

FICHA DE DESCRIÇÃO

TÍTULO E SIGLA

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO (PROEX)

DATA-LIMITE

Da década de 1970 a década de 2010

DIMENSÃO E SUPORTE

36,68 metros lineares de documentação textual.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

A Pró-Reitoria de Extensão foi criada com o intuito de viabilizar o desenvolvimento de uma política extensionista na UFF, pautada no compromisso da produção e da reprodução de conhecimento universitário voltado para os interesses da população, consolidando a ponte entre Universidade e sociedade.

A política extensionista se estabelece a partir do Plano Nacional de Extensão, formulado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Fazem parte da PROEX a Escola de Extensão (EXTUFF), as coordenações: de Difusão e fomento à Extensão (CDFE), de Desenvolvimento e Análise das Áreas Temáticas (CDAT) e de Integração Acadêmica (CIAC); além de núcleos de estudo e pesquisa, laboratórios, gerências, secretaria.

ÂMBITO E CONTEÚDO

Nesta seção encontram-se os documentos já recebidos junto ao Setor de Apoio Orçamentário e Financeiro (SAOF), à Coordenadoria de Articulação Universidade (incluindo os documentos das comunidades de atividades de saúde, assistência social, atividades educacionais, ação cultural, meio ambiente e ciências agrárias), à Unidade Avançada José Veríssimo (UAJV) e à extinta Coordenadoria do Sistema Agro-UFF (CSA).

CONDIÇÕES DE ACESSO

Não há restrições de acesso aos documentos supracitados.

FICHA DE DESCRIÇÃO

TÍTULO E SIGLA

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (PROGEPE)

DATA-LIMITE

Da década de 1960 à década de 2010

DIMENSÃO E SUPORTE

287,66 metros lineares de documentação textual.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas é responsável pela política de Gestão de Pessoas da UFF, a ela cabendo o planejamento, a implementação, a coordenação, a supervisão e a avaliação dos processos de trabalho desta natureza.

A Pró-Reitoria tem por finalidade o desenvolvimento de atividades voltadas aos servidores técnico-administrativos e docentes, dentre elas, capacitação e qualificação profissional, lotação e movimentação de pessoal, desempenho funcional, saúde e qualidade de vida, segurança no trabalho, controle de pagamentos de pessoal, registros, direitos e vantagens, admissão, cadastro de pessoal e procedimentos administrativos disciplinares.

A PROGEPE possui em sua estrutura uma Secretaria Executiva (SEC/GEPE); a Gerência de Procedimentos Disciplinares (GPD/GEPE); a Gerência Administrativa e Financeira (GAF/GEPE); a Coordenação de Pessoal Técnico-Administrativo (CPTA/GEPE); a Coordenação de Pessoal Docente (CPD/GEPE); a Coordenação de Atenção Integral à Saúde e Qualidade de Vida (CASQ/GEPE); a Escola de Governança em Gestão Pública (EGPP/GEPE); e o Departamento de Administração de Pessoal (DAP/GEPE).

ÂMBITO E CONTEÚDO

Nesta seção encontram-se os documentos já recebidos do Departamento de Administração Pessoal (DAP), da Coordenadoria de Pessoal Técnico-Administrativo (CPTA), do Departamento de Assuntos Comunitários (DAC), da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), das divisões de Saúde Ocupacional (DSO) e Treinamento e Avaliação (DTA), incluem-se também expedientes e assentamentos funcionais.

CONDIÇÕES DE ACESSO

Documentos que envolvam informações pessoais de servidores possuem acesso restrito.

FICHA DE DESCRIÇÃO

TÍTULO E SIGLA

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (PROGRAD)

DATA-LIMITE

Da década de 1950 a década de 2010

DIMENSÃO E SUPORTE

136,77 metros lineares de documentação textual

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

Antiga Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos (PROAC), a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) é a instância administrativa da Universidade Federal Fluminense responsável pela implantação e pelo acompanhamento das políticas de ensino de graduação nas modalidades presencial e à distância, em consonância com a legislação superior, com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade, do qual faz parte o Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

A Pró-Reitoria mantém relacionamento com instâncias responsáveis pela gestão dos projetos pedagógicos de Cursos de Graduação, como Fórum de Coordenadores de Cursos e Colegiado de Licenciaturas, e com o Fórum de Chefes de Departamento de Ensino.

Na criação de cursos de graduação, reformas e ajustes curriculares, a PROGRAD, por meio da Coordenação de Apoio ao Ensino de Graduação (CAEG) e de sua Divisão de Apoio Curricular, é responsável pela análise das propostas curriculares, que devem ser organizadas em consonância com a legislação nacional vigente e o PPI. Após implantação, acompanha os cursos por meio da Divisão de Avaliação, que atua junto aos procedimentos de regulação e fornece orientação quanto às avaliações periódicas de reconhecimento e de credenciamento de curso realizadas pelo MEC, bem como ENADE.

A PROGRAD também é responsável pelos processos seletivos para ingresso nos Cursos de Graduação presencial da UFF, por meio da Coordenação de Seleção Acadêmica (COSEAC), que organiza, principalmente, a interação com o Sistema de Seleção Unificada (SISU) e operacionaliza o Concurso de Seleção para as modalidades de Transferência Facultativa, Reingresso por Concurso Público, Mudança de Curso e Mudança de Localidade (TRM).

O Departamento de Administração Escolar (DAE), órgão complementar da PROGRAD, é responsável pelo acompanhamento de processos relacionados à gestão da vida escolar do estudante, desde o seu ingresso até a sua formatura, passando pela expedição de declarações, certidões, Histórico Escolar e Diploma de Curso de Graduação. Orienta as Coordenações de Cursos e Departamentos de Ensino acerca da aplicação das regras relativas aos registros acadêmicos e no acompanhamento dos processos de ingresso de estudantes e de revalidação de diplomas de graduação obtidos do exterior. Sua estrutura organizacional é composta pela Divisão de Registro e Acompanhamento de Discentes, pela Divisão de Controle de Certificados e Diplomas e pelo Setor de Apoio Administrativo.

Tendo como foco o estudante e sua formação, a PROGRAD proporciona oportunidades de vivência profissional aos estudantes de graduação e apoio em disciplinas, por meio da realização de convênios de estágio, Programa de Estágio Interno e Programa de Monitoria, iniciativas que estão sob a responsabilidade da Divisão de Estágios e da Divisão de Monitoria, respectivamente.

As iniciativas referentes ao desenvolvimento institucional da PROGRAD e de parcerias com órgãos externos para a realização de projetos são conduzidas pela Coordenação de Programas e Projetos.

O Colégio Universitário Geraldo Reis (COLUNI), que também faz parte PROGRAD, reúne atividades de ensino de formação em ensino fundamental e médio e Educação Infantil propiciada pela Creche UFF. Além das oportunidades de formação dos estudantes nestes níveis, o COLUNI constitui espaço de formação profissional para os estudantes dos cursos de licenciatura da UFF.

ÂMBITO E CONTEÚDO

Nesta seção encontram-se documentos administrativos da Pró-Reitoria, além de certificados, diplomas, históricos escolares, cadastramento de projetos de ensino e documentos referentes à Coordenação de Seleção Acadêmica (COSEAC), Colégio Universitário Geraldo Reis (COLUNI), Coordenação de Apoio ao Ensino de Graduação (CAEG), Divisão de Controle de Certificados e Diplomas (DCCD), Departamento de Administração Escolar (DAE) e Divisão de Monitoria (DMO).

CONDIÇÕES DE ACESSO

Documentos que envolvam informações pessoais de discentes possuem acesso restrito.

FICHA DE DESCRIÇÃO

TÍTULO E SIGLA

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO (PROPPi)

DATA-LIMITE

Da década da 1960 à década de 2010

DIMENSÃO E SUPORTE

64,68 metros lineares de documentação textual.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

A Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação tem por competência propor diretrizes e executar as políticas da pós-graduação, pesquisa e cooperação externa, através de suas Coordenadorias.

A UFF tem o compromisso de promover a formação e interação de grupos e redes de pesquisa, inclusive com instituições nacionais e internacionais, através de diferentes editais de fomento e apoio aos professores, técnicos-administrativos e alunos de graduação e pós-graduação. A política de inovação da universidade é baseada na promoção da interação e aprendizado entre entes das esferas institucionais acadêmica, empresarial e governamental.

A PROPPi é composta pelas coordenações de Pós-Graduação Stricto Sensu (CPSS), de Lato Sensu (CPLS), de Pesquisa (CPE), pela Agência de Inovação (AGIR) e pela Editora Universitária (EDUFF); além de núcleos, comissões, seções e gerências.

ÂMBITO E CONTEÚDO

Nesta seção encontram-se os documentos já recebidos da Coordenadoria de Administração Financeira (CAF), Coordenadoria de Pós-Graduação (CPG) e Coordenadoria de Capacitação Docente e Técnica (CCDT).

CONDIÇÕES DE ACESSO

Não há restrições de acesso aos documentos supracitados.

FICHA DE DESCRIÇÃO

TÍTULO E SIGLA

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO (PROPLAN)

DATA-LIMITE

Da década de 1960 à década de 2010

DIMENSÃO E SUPORTE

21,51 metros lineares de documentação textual.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

A Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) é um órgão da administração central responsável pelo assessoramento da política de planejamento e desenvolvimento institucional da Universidade Federal Fluminense. Entre as suas competências estão a análise e divulgação de dados institucionais da UFF, assessoria na formulação de diretrizes e metas para o seu desenvolvimento, elaboração e consolidação das propostas de orçamento da UFF, prestação de contas anual, acompanhamento da implantação e desenvolvimento de planos, programas e projetos.

Também oferece suporte aos demais setores da UFF nas iniciativas de modernização administrativa e alterações de sua estrutura organizacional, assim como nas atividades concernentes à celebração e acompanhamento de contratos e convênios com entes públicos ou privados, orientando as demais unidades no âmbito de sua atuação. Possui em sua estrutura cinco coordenações (Gestão da Informação, Orçamento e Custos, Gestão Institucional, Planejamento e Desenvolvimento e Projetos com a Fundação de Apoio), uma Gerência Operacional de Tecnologia e um Departamento de Contabilidade e Finanças.

ÂMBITO E CONTEÚDO

Nesta seção encontram-se os documentos já recebidos junto à Coordenação de Orçamento e Custos e da antiga Assessoria de Planejamento (ASPLAN).

CONDIÇÕES DE ACESSO

Não há restrições de acesso aos documentos supracitados.

FICHA DE DESCRIÇÃO

TÍTULO E SIGLA

SUPERINTENDÊNCIA DE ARQUITETURA, ENGENHARIA E PATRIMÔNIO (SAEP)

DATA-LIMITE

Da década de 1960 à década de 2010

DIMENSÃO E SUPORTE

10,08 metros lineares de documentação textual; 2.450 mapas/plantas/desenhos.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

A Superintendência de Arquitetura, Engenharia e Patrimônio (SAEP) tem por finalidade planejar, orientar, supervisionar, coordenar, administrar, projetar e executar as atividades da Universidade no que se refere à gerência e execução de projetos e obras de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo. É composta pela Coordenação de Manutenção (CMA), de Administração Patrimonial (CAP), Coordenação de Engenharia (CEN) e de Arquitetura (CARQ), além da Gerência Operacional de Contratos (GOC), da Secretaria (SA) e do Setor de Apoio da Superintendência de Arquitetura e Engenharia (SAA).

ÂMBITO E CONTEÚDO

Nesta seção encontram-se os documentos já recebidos junto à Coordenação de Administração Patrimonial (CAP), à extinta Coordenadoria de Arquitetura, Engenharia e Patrimônio (CAEP) e à atual Coordenação de Arquitetura (CARQ). Há também 2.450 itens cartográficos como mapas, plantas e desenhos técnicos datando dos anos 60 até os anos 2000 (campus Praia Vermelha, Valonguinho, Gragoatá e outros).

CONDIÇÕES DE ACESSO

Não há restrições de acesso aos documentos supracitados.

FICHA DE DESCRIÇÃO

TÍTULO E SIGLA

SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (SCS)

DATA-LIMITE

Da década de 1970 a década de 2010

DIMENSÃO E SUPORTE

0,6 metros lineares de documentação textual; 312 CDs/DVDs; 1 Betacam; 1 fita DV; 244 fitas MiniDV; 74 VHS.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

A Superintendência de Comunicação Social da UFF direciona sua atuação em um esforço integrado de diferentes ações, visando o fortalecimento da identidade e da imagem institucional. Por ser uma área estratégica, a comunicação da Universidade Federal Fluminense converge com os princípios de missão, visão e valores que perpassam a instituição. Seus principais canais de interação com os públicos da UFF são: o site institucional (notícias, informes, eventos), os sites das unidades, as mídias sociais, o informativo eletrônico e a TV Indoor. É composta pelas coordenações de Comunicação Institucional (CCI) e de Comunicação Social (CCS); além de sua Secretaria (SA) e do Setor de Apoio Administrativo (SAA). Antes da atual denominação, a Superintendência também já foi chamada de Assessoria de Comunicação Social (ACS) e Núcleo de Comunicação Social (NUCS).

ÂMBITO E CONTEÚDO

Nesta seção encontram-se documentos recolhidos junto à Divisão de Gestão de Relacionamento (DGR/CCS) referentes à incentivos funcionais, prêmios, concessão de medalhas, diplomas de honra ao mérito, entre outros. Há também material filmográfico, bibliográfico e eletrônico distribuídos em diversos suportes.

CONDIÇÕES DE ACESSO

Não há restrições de acesso aos documentos supracitados. No que tange aos documentos especiais, é possível consultar os documentos em suporte CD/DVD através de computador disponível, assim como há um leitor para fitas DV e miniDV. Não há, entretanto, um leitor disponível para reproduzir as fitas VHS.

FICHA DE DESCRIÇÃO

TÍTULO E SIGLA

SUPERINTENDÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO (SDC)

DATA-LIMITE

Da década de 1950 a década de 2010

DIMENSÃO E SUPORTE

110,25 metros lineares de documentação textual; 1.308 fotografias; 1.334 negativos; 293 cópias por contato; 3.122 slides; 42 disquetes; 10 CDs/DVDs; 1 VHS.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

O Núcleo de Documentação (NDC), criado em 1969, como Órgão Suplementar da Universidade Federal Fluminense (UFF) por intermédio do art. 17 do Estatuto da Universidade, publicado no Diário Oficial da União de 22/09/1969, é responsável pela coordenação técnica e administrativa do Sistema de Bibliotecas e Arquivos da UFF.

Em dezembro de 1998, após uma reestruturação interna, passou à subordinação da Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos (PROAC). A partir de 2004, com a extinção dos Centros Universitários, incorporou também o Serviço de Comunicações Administrativas (SCA), que tem por objetivo coordenar a documentação administrativa e acadêmica da UFF, no que tange a: Protocolos; Expediente; Arquivo de processos findos e edição do Boletim de Serviço da UFF, no qual é publicada grande parte dos atos administrativos da Universidade.

Em março de 2011, após uma reestruturação interna, passou a estar subordinado à Reitoria da Universidade Federal Fluminense. Deixa nesse momento de ser apenas um Núcleo tornando-se a Superintendência de Documentação (SDC).

É função da SDC proporcionar recursos informacionais e assessoria técnica na área de documentação, por meio de redes e sistemas integrados, facilitando o acesso à informação em nível nacional e internacional. Compete também à SDC apoiar os programas de ensino, pesquisa e extensão da Universidade e desenvolver serviços e produtos que atendam às necessidades de informação da comunidade acadêmica da UFF.

A SDC é composta por vinte e nove Bibliotecas, pela Coordenação de Bibliotecas (CBI), pela Coordenação de Arquivos (CAR), pelo Centro de Memória Fluminense (CEMEF) entre outras unidades.

ÂMBITO E CONTEÚDO

Nesta seção encontram-se documentos referentes à Superintendência, ao projeto de implantação do Sistema de Arquivos da UFF no âmbito do programa MEC/BID III, ao extinto Serviço de Informação Referencial (SIRE), à Associação Profissional dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro e ao Grupo Universitário de Investigação e Apoio Arquivístico (os dois últimos referentes à atuação do ex-diretor José Pedro Esposel). Além disso, esta seção conta com clippings e documentos referentes ao Boletim de Serviço da UFF (BS/UFF).

Encontram-se também documentos iconográficos da Superintendência, em especial do SIRE (antigo SIR). Os temas são muito abrangentes, dada a natureza do SIR, sendo os mais recorrentes inaugurações de prédios, bibliotecas, colégios agrícolas, exposições. Inclui-se também documentos administrativos da Superintendência.



Biblioteca Central do Gragoatá nos anos 90.

CONDIÇÕES DE ACESSO

Não há restrições de acesso aos documentos supracitados.

FICHA DE DESCRIÇÃO

TÍTULO E SIGLA

Centro de Artes da UFF (CEART)

DATA-LIMITE

Da década de 1980 à década de 2000

DIMENSÃO E SUPORTE

10,92 metros lineares de documentação textual; 542 cartazes; 18 fitas VHS; 1 fita K-7; 1.051 folders/catálogos/programações.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

O Centro de Artes da UFF (CEART) tem como finalidade produzir, incentivar e divulgar a cultura através de manifestações artísticas em diversas áreas, promovendo reflexão, ampliando conhecimento, integrando e apoiando iniciativas locais, proporcionando à comunidade maior acesso aos bens e atividades culturais e contribuindo para a formação da identidade cultural da comunidade acadêmica de Niterói.

O CEART conta com uma Secretaria de Apoio Administrativo; uma Gerência Operacional de Produção Cultural e Comunicação; e uma Gerência Operacional Administrativa e Financeira, que por sua vez se divide em um Setor Administrativo Diurno e um Setor Administrativo Noturno. Duas Coordenações dividem as atividades finalísticas do CEART.

A Coordenação de Artes se subdivide em Divisão de Cinema, Divisão de Teatro Divisão de Artes Visuais.

A Coordenação de Música se subdivide em Divisão de Música Sinfônica, responsável pela Orquestra, e a Divisão de Música de Câmara e Iniciação Musical, responsável pelo Quarteto de Cordas, Conjunto de Música Antiga e o Centro de Estudo e Iniciação Musical.

ÂMBITO E CONTEÚDO

Nesta seção encontram-se borderôes; contratos; Relatórios de atividades anual de 1980 à 2003 (exceto 1981); processos de pagamento de credores; boletins de frequência de servidores, bolsistas e estagiários; clippings, livros do antigo Departamento de Difusão Cultural (DDC); programações; catálogos e folders.

CONDIÇÕES DE ACESSO

Não há restrições de acesso aos documentos supracitados.

FICHA DE DESCRIÇÃO

TÍTULO E SIGLA

CENTRO DE CIÊNCIAS MÉDICAS (CCM)

DATA-LIMITE

Da década de 1970 à década de 2010

DIMENSÃO E SUPORTE

25,76 metros lineares de documentação textual

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

Criado durante a reestruturação da Universidade, nos termos do Decreto n.º 62.414, de 15 de março de 1968, foi adaptado à Lei n.º 5.540/1968 e aprovado pelo Parecer n.º 692 do Conselho Federal de Educação, em 1969. Este Centro congregava oito unidades – Enfermagem, Farmácia, Instituto Biomédico, Instituto de Saúde da Comunidade, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição e Odontologia. Ofereceu, em nível de pós-graduação, cinco cursos de doutorado, 18 de mestrado e 30 de especialização nas diferentes áreas da Ciência da Saúde em que atuava. Nos anos 2000, os Centros Universitários foram extintos, desmembrando-se em unidades acadêmicas independentes como escolas, faculdades e institutos.

ÂMBITO E CONTEÚDO

Em processo de organização.

CONDIÇÕES DE ACESSO

Não há restrições de acesso aos documentos supracitados. Não estão, entretanto, organizados.

FICHA DE DESCRIÇÃO

TÍTULO E SIGLA

CENTRO DE ESTUDOS GERAIS (CEG)

DATA-LIMITE

Da década de 1950 à década de 1990.

DIMENSÃO E SUPORTE

17,36 metros lineares de documentação textual.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

O Centro de Estudos Gerais (CEG) abrigou uma vasta gama de cursos em diversos campos do saber como História, Antropologia, Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais, Ciências Políticas, Filosofia, Sociologia, Letras, Matemática, Física, Biologia e Química. O Centro contava com uma estrutura administrativa (Coordenação Geral dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação, Serviço de Programação Orçamentária, Serviço de Apoio Administrativo) e com as Assessorias de Extensão, de Pesquisa, de Ensino, de Organização e Informática, de Recursos Humanos e de Comunicação. A maioria dos Departamentos que compunham o CEG desenvolviam regularmente atividades de extensão. Nos anos 2000, os Centros Universitários foram extintos, desmembrando-se em unidades acadêmicas independentes como escolas, faculdades e institutos.

ÂMBITO E CONTEÚDO

Em processo de organização.

CONDIÇÕES DE ACESSO

Não há restrições de acesso aos documentos supracitados. Não estão, entretanto, organizados.

FICHA DE DESCRIÇÃO

TÍTULO E SIGLA

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS (CES)

DATA-LIMITE

Da década de 1950 à década de 2000.

DIMENSÃO E SUPORTE

30,1 metros lineares de documentação textual.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

O Centro de Estudos Sociais Aplicados (CES) congregava um conjunto de áreas afins de ensino, pesquisa e extensão, constituindo-se das Faculdades de Administração e Ciências Contábeis, Direito, Economia, Educação e Escola de Serviço Social - todas funcionando em Niterói - e ainda o Departamento de Serviço Social de Campos.

Além do ensino acadêmico, haviam as habilitações profissionais em nível médio e técnico, ministradas no Colégio Agrícola Nilo Peçanha (CANP), no Município de Pinheiral, e no Colégio Técnico-Agrícola Ildefonso Bastos Borges (CTAIBB), situado no Município de Bom Jesus de Itabapoana, os quais desenvolveram projetos científicos e tecnológicos no âmbito das Ciências Agrícolas. Para o desenvolvimento de projetos no ensino de 1º e 2º graus, o CES contava com a Coordenadoria de Projetos Especiais (COPE). Na área do Direito, também fazia parte do CES o Centro de Assistência Jurídica da UFF (CAJUUFF). Nos anos 2000, os Centros Universitários foram extintos, desmembrando-se em unidades acadêmicas independentes como escolas, faculdades e institutos.

ÂMBITO E CONTEÚDO

Em processo de organização.

CONDIÇÕES DE ACESSO

Não há restrições de acesso aos documentos supracitados. Não estão, entretanto, organizados.

FICHA DE DESCRIÇÃO

TÍTULO E SIGLA

CENTRO TECNOLÓGICO (CTC)

DATA-LIMITE

Da década de 1960 à década de 2000.

DIMENSÃO E SUPORTE

28,7 metros lineares de documentação textual.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

O Centro Tecnológico constituía um dos quatro Centros Universitários da UFF que tinha sob sua alçada a Escola de Arquitetura e Urbanismo, a Escola de Engenharia e a Escola de Engenharia Industrial e Metalúrgica de Volta Redonda. Possuía, ao todo, onze departamentos subordinados às três escolas. Nos anos 2000, os Centros Universitários foram extintos, desmembrando-se em unidades acadêmicas independentes como escolas, faculdades e institutos.

ÂMBITO E CONTEÚDO

Em processo de organização.

CONDIÇÕES DE ACESSO

Não há restrições de acesso aos documentos supracitados. Não estão, entretanto, organizados.

FICHA DE DESCRIÇÃO

TÍTULO E SIGLA

ESCOLA DE ENFERMAGEM (CME)

DATA-LIMITE

Da década de 1930 à década de 1960

DIMENSÃO E SUPORTE

1,32 metros lineares de documentação textual.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

Criada pelo Decreto-lei nº 1.130, de 19 de abril de 1944, a Escola de Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro foi inaugurada em 18 de outubro do mesmo ano e teve seu primeiro ano letivo iniciando em 1 de fevereiro de 1945.

Em 1995, a Escola de Enfermagem passa a se chamar Escola de Enfermagem Aurora de Afonso Costa, em homenagem à sua primeira diretora. Atualmente, a Escola oferece o curso de bacharelado em Enfermagem. Possui três programas de pós-graduação: Ciências do Cuidado em Saúde, Mestrado Profissional Assistencial em Enfermagem e Mestrado Profissional em Ensino de Saúde.

A Escola de Enfermagem ainda possui um Centro de Memória que disponibiliza acervo de fotos, documentos e vídeos sobre a história da Escola de Enfermagem Aurora de Afonso Costa, bem como um arquivo setorial que atende à direção.

ÂMBITO E CONTEÚDO

Nesta seção encontram-se assentamentos individuais de alunos do curso de Enfermagem.

CONDIÇÕES DE ACESSO

Não há restrições de acesso aos documentos supracitados.

FICHA DE DESCRIÇÃO

TÍTULO E SIGLA

ESCOLA DE ENGENHARIA (TCE)

DATA-LIMITE

Da década de 1950 à década de 2010

DIMENSÃO E SUPORTE

24,5 metros lineares de documentação textual.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

A Escola de Engenharia da UFF (TCE) tem sua origem na antiga Escola Fluminense de Engenharia, criada em 1952. Posteriormente foi federalizada pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFERJ), que viria a ser a Universidade Federal Fluminense em 1965.

A Escola de Engenharia é estruturada em departamentos, que oferecem disciplinas para os cursos de graduação da Escola de Engenharia e para outros cursos de graduação situados em Niterói. Seus departamentos de ensino são: Engenharia Civil; Engenharia Agrícola e Meio Ambiente; Engenharia Mecânica; Engenharia de Produção; Engenharia Química e de Petróleo; Desenho Técnico; Engenharia de Telecomunicações e Engenharia Elétrica.

Atualmente os cursos oferecidos pela TCE são: Engenharia do Petróleo; Engenharia Agrícola; Engenharia Civil; Engenharia Elétrica; Engenharia Mecânica; Engenharia de Produção; Engenharia de Telecomunicações; Engenharia Química; Engenharia de Recursos Hídricos e do Meio Ambiente; e Desenho Industrial. A TCE ainda oferece cursos de pós-graduação lato e stricto sensu (mestrado e doutorado).

A estrutura da TCE é formada pelo Colegiado da Escola de Engenharia (CTCE); o Núcleo de Logística Integrada e Sistemas (LOGIS); Secretaria Administrativa da Escola de Engenharia (SA/TCE); as Coordenações de Cursos de Graduação, juntamente com suas respectivas secretarias; as Coordenações de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu e as Coordenações de Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu, juntamente com suas respectivas secretarias; e os Departamentos de Ensino.

ÂMBITO E CONTEÚDO

Na seção encontram-se assentamentos individuais de alunos, documentos já recebidos do Departamento de Engenharia Civil (TEC) e do Departamento de Engenharia de Produção (TEP).

CONDIÇÕES DE ACESSO

Não há restrições de acesso aos documentos supracitados.

FICHA DE DESCRIÇÃO

TÍTULO E SIGLA

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL (ESS)

DATA-LIMITE

Da década de 1940 à década de 1980

DIMENSÃO E SUPORTE

66,03 metros lineares de documentação textual.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

A Escola de Serviço Social do Estado do Rio de Janeiro (ESSERJ) foi criada na cidade de Niterói, então capital do Estado, através do Decreto nº 1.397, de 6 de julho de 1945. Em 1956, a ESSERJ foi reconhecida como entidade de ensino superior e, através da Lei Estadual nº 3.656, de 12 de junho de 1958, incorporada à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFERJ), atual UFF.

Tendo funcionado por longo período como curso integral, a Escola de Serviço Social vivenciou algumas reformas curriculares, refletindo os rumos dos debates nacionais que se deram em torno da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Além do curso de graduação, a ESS/UFF possui dois programas de Pós-Graduação. O primeiro, intitulado Programa de Estudos de Pós-Graduados em Serviço Social, oferece formação de mestrado e doutorado em Política Social. O segundo, criado em 2011 e intitulado Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional, oferece formação de mestrado.

ÂMBITO E CONTEÚDO

Nesta seção encontram-se assentamentos individuais de alunos, documentos administrativos e acadêmicos do Departamento de Serviço Social de Niterói, da Coordenação do Curso de Graduação em Serviço Social e do Diretório Acadêmico Maria Kiehl.

CONDIÇÕES DE ACESSO

Não há restrições de acesso aos documentos supracitados.

FICHA DE DESCRIÇÃO

TÍTULO E SIGLA

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS (EST)

DATA-LIMITE

Da década de 1970 à década de 2000

DIMENSÃO E SUPORTE

3,66 metros lineares de documentação textual.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

A origem da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis remete à antiga Faculdade de Economia, fundada em 22 de dezembro de 1942. Federalizada em 1961, passou a denominar-se Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (FCE-UFERJ). Com a criação do curso de Administração, nos anos 1970, a Faculdade passa então a se chamar Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal Fluminense (FEA-UFF).

Na década de 1980, é criado o curso de graduação em Ciências Econômicas e o Mestrado em Economia. Ainda nos anos 1980, os Departamentos de Administração e de Contabilidade se separaram da Faculdade para constituir unidade universitária própria, a atual Faculdade de Administração e Ciências Contábeis.

Hoje a EST oferece quatro cursos de graduação (Administração, Ciências Contábeis, Ciências Atuariais e Empreendedorismo) e 14 de pós-graduação.

ÂMBITO E CONTEÚDO

Nesta seção encontram-se os assentamentos individuais dos alunos do Departamento de Administração (STA).

CONDIÇÕES DE ACESSO

Não há restrições de acesso aos documentos supracitados.

FICHA DE DESCRIÇÃO

TÍTULO E SIGLA

FACULDADE DE DIREITO (ESD)

DATA-LIMITE

Da década de 1910 à década de 1970

DIMENSÃO E SUPORTE

126,17 metros lineares de documentação textual. 155 fotografias.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

A Faculdade de Direito da UFF tem suas raízes na antiga Faculdade de Direito Teixeira de Freitas fundada em 3 de junho de 1912 no Rio de Janeiro. Em 1916 passou a funcionar em Niterói, como instituto oficial de estado, denominando-se Faculdade de Direito do Estado do Rio de Janeiro. Em 19 de maio de 1921 passou a se chamar oficialmente, por meio de uma portaria do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, de Faculdade de Direito de Niterói.

A sua sede original era situada na Praia de Botafogo, 374, Rio de Janeiro e fazia parte da antiga Universidade Nacional. Uma mudança na estrutura de ensino superior do país, por meio da Lei nº 11.530 de 18 de março de 1915, que proibia o funcionamento de faculdades livres em cidades com menos de 100 mil habitantes e impedia que fossem equiparadas às federais mais de duas escolas de Direito, Engenharia ou Medicina em cada unidade de federação. Considerando que na cidade do Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal, já funcionava a Escola Nacional de Direito, denominada Faculdade de Direito do Rio e, posteriormente, viria a se chamar Faculdade Nacional de Direito, fica evidente o motivo para transferência da Faculdade de Direito Teixeira de Freitas para outro município. A escolha por Niterói foi motivada por esta cidade ser a antiga capital do Estado do Rio de Janeiro e por demandar institutos de nível superior para atender os membros da elite política local.

Com a transferência para Niterói, inicialmente, a Faculdade de Direito Teixeira de Freitas ficou sediada na Rua Visconde de Rio Branco, 15. Também ocupou momentaneamente um prédio na Rua Barão do Amazonas, até se mudar definitivamente para o prédio localizado na Rua Presidente Pedreira, 62, no bairro do Ingá, no qual permanece até os dias de hoje. Posteriormente, teve seu funcionamento autorizado e regulado pelo governo federal e viria a ser equiparada aos institutos federais, em 30 de maio de 1920 pelo Conselho Superior de Ensino. Este mesmo conselho, em 1921, determinou a mudança do nome da Faculdade de Direito Teixeira de Freitas para Faculdade de Direito de Niterói.

A federalização da Faculdade de Direito de Niterói foi feita por meio da Lei nº 2.721, de 30 de janeiro de 1956, quando deixou de ser uma instituição particular de ensino. Em 1960, por meio da Lei nº 3.848, de 18 de dezembro do mesmo ano, a Faculdade de Direito de Niterói foi incorporada a recém-criada Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFERJ) que mais tarde viria a se denominar Universidade Federal Fluminense (UFF).

Atualmente a Faculdade de Direito é composta por seis departamentos de Ensino: Departamento de Direito Privado (SDV), Departamento de Direito Público (SDB); Departamento de Segurança Pública (DSP), Departamento de Direito Processual (SDP), Departamento de Ciências Judiciárias (DCJ) e pelo Departamento de Direito Aplicado (DDA/CAJUUFF). A Faculdade de Direito da UFF oferece os cursos de Bacharelado em Direito e Bacharelado em Segurança Pública, ambos em Niterói.

A nível de pós-graduação stricto sensu, a faculdade conta com três programas: o Programa de Pós-Graduação em Direitos, Instituições e Negócios (PPGDIN), o Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional e o Programa de Pós-Graduação em Justiça Administrativa (PPGJA). A nível de pós-graduação lato sensu, a faculdade conta com os cursos de especialização em Direito da Administração Pública, Direito Privado, Direito Processual e Políticas Públicas e Gestão Governamental.

A Faculdade de Direito ainda possui o Centro de Assistência Judiciária da UFF (CAJUUFF) responsável por prestar atendimento jurídico nas áreas de Cível, Família e Trabalhista, com atuação apenas no Fórum Regional de Niterói, às pessoas de renda mais baixa.

A Faculdade de Direito ainda possui o Centro de Assistência Judiciária da UFF (CAJUUFF) responsável por prestar atendimento jurídico nas áreas de Cível, Família e Trabalhista, com atuação apenas no Fórum Regional de Niterói, às pessoas de renda mais baixa.

ÂMBITO E CONTEÚDO

Nesta seção encontram-se os dossiês dos alunos, livro de registro de matrícula, de transferência, de atas, de registro de diploma, diários de classe, bem como 155 fotografias que remetem ao período da Faculdade de Direito de Niterói, dos anos 20 até os anos 50.

CONDIÇÕES DE ACESSO

Não há restrições de acesso aos documentos supracitados.

FICHA DE DESCRIÇÃO

TÍTULO E SIGLA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO (ESE)

DATA-LIMITE

Da década de 1940 à década de 1990

DIMENSÃO E SUPORTE

16,34 metros lineares de documentação textual.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

Oriunda da antiga Faculdade Fluminense de Filosofia (FFF), de 1947, a Faculdade de Educação, tem sua história atrelada à origem daquela instituição. Por intermédio do Decreto nº 22.999, de 24 de abril de 1947, da Presidência da República, a FFF obteve a autorização para o funcionamento dos cursos de Geografia e História, Letras Clássicas, Letras Neolatinas e Pedagogia.

Foi incorporada em 1961 à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFERJ), antigo nome da Universidade Federal Fluminense (UFF), passando a funcionar como a Faculdade Filosofia, Ciências e Letras.

Em 1965, a Faculdade mudou-se para a sua sede própria, à Rua Dr. Celestino nº 78, construída em terreno doado pela Municipalidade de Niterói.

Com a reestruturação determinada pelo Decreto nº 62.414, de 15 de março de 1968, a Universidade passou a ser denominada Universidade Federal Fluminense, e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi desmembrada em diversas Unidades, entre as quais, o Instituto de Letras, que permaneceu na sede, juntamente com a Faculdade de Educação.

Atualmente a Faculdade de Educação encontra-se sediada no campus do Gragoatá. A Faculdade de Educação da UFF conta com dois departamentos: Fundamentos Pedagógicos e Sociedade, Educação e Conhecimento. Além de oferecer o curso de Pedagogia, a Faculdade de Educação oferece disciplinas pedagógicas para todos os cursos de licenciatura da UFF.

O Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação oferece os cursos de mestrado e doutorado em Educação.

A Faculdade de Educação ainda conta com um curso de Pós-Graduação lato sensu.

ÂMBITO E CONTEÚDO

Nesta seção encontram-se os assentamentos individuais dos alunos, boletins semestrais, correspondências, relatórios, currículos de disciplinas e documentos administrativos.

CONDIÇÕES DE ACESSO

Não há restrições de acesso aos documentos supracitados.

FICHA DE DESCRIÇÃO

TÍTULO E SIGLA

FACULDADE DE FARMÁCIA (CMF)

DATA-LIMITE

Da década de 1920 à década de 2010

DIMENSÃO E SUPORTE

23,95 metros lineares de documentação textual.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

A Faculdade de Farmácia da UFF é sucessora do curso de Farmácia da antiga Faculdade de Farmácia e Odontologia do Estado do Rio de Janeiro. Fundada em 24 de fevereiro de 1912 por meio da Lei Orgânica de Ensino ou Lei Rivadávia substancializado no Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911, foi a primeira instituição de ensino superior do antigo Estado do Rio de Janeiro, sendo localizado em sua capital, a cidade de Niterói. Inicialmente, os primeiros cursos farmacêuticos criados no Brasil eram vinculados às escolas de Medicina que, até então, eram as Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Medicina da Bahia. Com o advento da República, a nova Constituição previa um sistema educacional descentralizado, no qual cabia o Congresso Nacional e a União legislar sobre o ensino superior, secundário e primário do Distrito Federal, enquanto que aos Estados era permitido organizar seus próprios sistemas escolares. Neste contexto é que surgiu a Faculdade de Farmácia e Odontologia do Estado do Rio de Janeiro, de forma autônoma à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e com sede própria. A Faculdade foi equiparada pelo Governo Federal às escolas congêneres do país, em 13 de março de 1919, de acordo com a reforma de ensino Carlos Maximiliano, instituída pelo Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915.

Em 25 de setembro de 1929, por meio do Decreto Estadual nº 2.450, a Faculdade de Odontologia e Farmácia do Estado do Rio de Janeiro foi incorporada à Faculdade Fluminense de Medicina. Em 1931 teve sua autonomia restabelecida, voltando constituir um instituto isolado.

O reconhecimento dos cursos da Faculdade de Farmácia pelo Governo Federal se deu por meio do Decreto Federal nº 18.292, de 5 de abril de 1945. E pela Lei nº 3.077, de 22 de dezembro de 1956, foi incorporada pelo Governo Federal ao patrimônio da União, ato que ocorreu mediante lavratura de escritura pública publicada no Diário Oficial de 16 de junho de 1960. Posteriormente, foi incorporada à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, que viria a se chamar Universidade Federal Fluminense pela Lei nº 4.831, de 05 de novembro de 1965.

A atual Faculdade de Farmácia da UFF oferece, além do curso de graduação em Farmácia, disciplinas para os cursos de graduação em química industrial, nutrição e engenharia ambiental. Possui dois programas de pós-graduação *latu sensu*: o Curso em Medicamentos e Alimentos e o Curso de Residência em Farmácia Hospitalar, sendo este último resultado da parceria entre a Faculdade de Farmácia, o Ministério da Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro. Existem dois programas de pós-graduação em Ciências Aplicadas a Produtos para Saúde (PPG-CAPS), que oferece cursos de mestrado e doutorado, na área interdisciplinar da CAPES, e o curso de mestrado profissional em Administração e Gestão da Assistência Farmacêutica, ligado à área da farmácia na CAPES.

ÂMBITO E CONTEÚDO

Nesta seção encontra-se assentamentos individuais de alunos do curso de Farmácia; documentos do Departamento de Bromatologia (monitoria e seleção).

CONDIÇÕES DE ACESSO

Não há restrições de acesso aos documentos supracitados.

FICHA DE DESCRIÇÃO

TÍTULO E SIGLA

FACULDADE DE MEDICINA (CMM)

DATA-LIMITE

1920-1970

DIMENSÃO E SUPORTE

87,09 metros lineares de documentação textual.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

A Faculdade de Medicina da UFF tem suas origens na antiga Faculdade Fluminense de Medicina (FFM), fundada em 1925, pelos médicos Antônio Pedro e Sena Campos, como instituição de nível superior de natureza particular.

Os esforços para criação de uma Faculdade de Medicina do Estado do Rio de Janeiro vêm do início da década de 1920 com um grupo de médicos dos quais faziam parte Antônio Pedro e Sena Campos, mas a época não lograram êxito. Foi apenas em 1925 com o apoio do presidente do Estado do Rio de Janeiro, Abreu Sodré, é que o projeto da faculdade pode se concretizar. A FFM contou com o apoio da cidade de Niterói tanto financeiramente quanto por meio de doações e empréstimos de prédios e salas, como por exemplo os laboratórios e enfermarias do Hospital São João Batista, para que a FFM pudesse funcionar nos seus primeiros anos.

Em 1930, a FFM e a Faculdade de Farmácia e Odontologia do Estado do Rio de Janeiro (FFOERJ), também em Niterói. Esta anexação foi dada na gestão de Ari Parreiras, interventor estadual. No ano seguinte na gestão do interventor estadual Mena Barreto, a instituição foi reorganizada e o Estado passou a oferecer subsídios financeiros. Ainda durante esse período o Departamento Nacional de Ensino equiparou a faculdade a outros cursos médicos do país bem como reconheceu a oficialidade dos diplomas concedidos à primeira turma.

A FFM manteve-se como uma instituição vinculada ao Estado do Rio de Janeiro até 1938 quando se separou da FFOERJ e passou a ser uma instituição de nível superior de natureza privada. A partir da década de 40, a FFM foi submetida a inspeções federais que viriam acontecer até sua federalização em 1950. Após sua federalização a FFM funcionou de forma isolada até 1960 quando foi incorporada junto com outras instituições de nível superior para formar a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFERJ), pela Lei nº 3.848, de 18 de dezembro de 1960. A FFM passou a se denominar Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Neste período, ocorreu o fechamento do Hospital São João Batista, local onde a Faculdade de Medicina da UFERJ realizava suas aulas. Com isso, a faculdade foi obrigada a transferir a parte do ensino prático para o IML e para Santa Casa de Misericórdia. Neste ínterim, a Faculdade de Medicina da UFERJ firmou convênios com o Hospital Municipal Antônio Pedro, que vinha passando por problemas financeiros no período, motivo pelo qual fez o hospital fechar as portas ainda em 1960. O incêndio do Gran Circo Norte Americano, ocorrido em 17 de dezembro de 1961, motivou a reabertura do hospital para auxiliar no tratamento dos feridos pelo incidente. O atendimento dos feridos foi realizado com a ajuda dos médicos e enfermeiros da UFERJ. Este fato deu forças para o movimento de doação do Hospital Municipal Antônio Pedro à UFERJ que seria concretizado em 1964 na gestão do prefeito de Niterói Dr. Silvio Picanço e do reitor da UFERJ Deoclécio Dantas. Desde então o funcionamento do curso de medicina passaria a ser nas dependências que teria seu nome alterado para Hospital Universitário Antônio Pedro (HUAP). Em 1965, a UFERJ passaria a ser denominada Universidade Federal Fluminense.

A Faculdade de Medicina da UFF oferece o curso de graduação em Medicina, com titulação de Bacharel em Ciências Médicas. A faculdade conta com programas de pós-graduação em lato e stricto sensu. A nível de pós-graduação lato sensu a Faculdade de Medicina oferece 18 cursos de especialização em diversas áreas da Medicina. A nível de pós-graduação stricto sensu oferece cinco programas: o de Neurologia, o de Ciências Cardiovasculares, o de Ciências Médicas, o de Patologia e o de Saúde Materno Infantil.

ÂMBITO E CONTEÚDO

Nesta seção encontram-se os dossiês dos alunos do curso de Medicina e pastas de funcionários da FFM. Livros de assunto de aula, de atas de vestibular, de inscritos no vestibular e outros documentos administrativos compõe, ainda, o acervo textual. No iconográfico, destacam-se 392 fotografias e 7 álbuns que remetem à Faculdade Fluminense de Medicina, retratando em sua maioria eventos acadêmicos, edificações, inaugurações, formaturas e retratos individuais dos anos 20 aos anos 50. No acervo é possível encontrar registros de fundadores, diretores e professores da FFM.



Policlínica da Faculdade Fluminense de Medicina, 1934.

CONDIÇÕES DE ACESSO

Não há restrições de acesso aos documentos supracitados.

FICHA DE DESCRIÇÃO

TÍTULO E SIGLA

FACULDADE DE ODONTOLOGIA (CMO)

DATA-LIMITE

Da década de 1930 à década de 2000

DIMENSÃO E SUPORTE

18,24 metros lineares de documentação textual.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

A Faculdade de Odontologia da UFF é sucessora do curso de Farmácia da antiga Faculdade de Farmácia e Odontologia do Estado do Rio de Janeiro. Fundada em 24 de fevereiro de 1912 por meio da Lei Orgânica de Ensino ou Lei Rivadávia substancializado no Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911, foi a primeira instituição de ensino superior do antigo Estado do Rio de Janeiro, sendo localizado em sua capital, a cidade de Niterói. Inicialmente, os primeiros cursos farmacêuticos criados no Brasil eram vinculados as escolas de medicina que, até então, eram as Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Medicina da Bahia. Com o advento da República, a nova Constituição previa um sistema educacional descentralizado, no qual cabia o Congresso Nacional e a União legislar sobre o ensino superior, secundário e primário do Distrito Federal, enquanto que aos Estados era permitido organizar seus próprios sistemas escolares. Neste contexto é que surgiu a Faculdade de Farmácia e Odontologia do Estado do Rio de Janeiro, de forma autônoma à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e com sede própria. A Faculdade foi equiparada pelo Governo Federal às escolas congêneres do país, em 13 de março de 1919, de acordo com a reforma de ensino Carlos Maximiliano, instituída pelo Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915.

Em 25 de setembro de 1929, por meio do Decreto Estadual nº 2.450, a Faculdade de Odontologia e Farmácia do Estado do Rio de Janeiro foi incorporada à Faculdade Fluminense de Medicina. Em 1931 teve sua autonomia restabelecida, voltando constituir um instituto isolado.

Em 1936, a Faculdade de Farmácia e Odontologia foi incorporada ao patrimônio do Estado, posição que manteve até 1938 quando se desligou do patrimônio estadual por meio do Decreto nº 385 de 26 de março de 1938. Com isso, a Faculdade torna-se um instituto livre.

O reconhecimento oficial de seus cursos se deu por meio do Decreto nº 18.292, de 5 de abril de 1945. A federalização ocorreu por meio da Lei nº 3.077, de 29 de dezembro de 1956 quando foi incorporada à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFERJ), por meio da Lei nº 3,848, de 18 de dezembro de 1960. A antiga Faculdade de Farmácia e Odontologia se desmembrou. A Faculdade de Farmácia passou a ser autônoma e a Faculdade de Odontologia foi fundida com a Escola de Odontologia anexa à Faculdade Fluminense de Medicina, que tornar-se autônoma desde 1958, por meio da Lei nº 3,463, de 20 de novembro do mesmo ano.

Atualmente a Faculdade de Odontologia funciona no Campus do Valonguinho em Niterói. Além de oferecer o curso de graduação em Odontologia, a Faculdade conta com programas de pós-graduação. A nível de pós-graduação lato sensu a Faculdade oferece os cursos de especialização em Dentística, Endodontia, Implantodontia, Odontogeriatría, Odontopediatria, Ortodontia e Prótese Dentária.

O Programa de Pós-Graduação em Odontologia da UFF (PPGO-UFF) foi inaugurado em 2002 e contava apenas com o curso de mestrado. Em 2011 foi aprovado o curso de Doutorado. O curso de mestrado conta com 3 áreas de concentração (Clínica Odontológica, Dentística e Ortodontia) e o doutorado conta com uma área de concentração (Odontologia).

A Faculdade de Odontologia conta ainda com dois laboratórios: o Laboratório de Biotecnologia Aplicada (LABA) e o Laboratório Experimental de Cultura Celular (LECCEL).

ÂMBITO E CONTEÚDO

Nesta seção encontram-se os assentamentos individuais dos alunos, publicações e outros documentos acadêmicos.

CONDIÇÕES DE ACESSO

Não há restrições de acesso aos documentos supracitados.

FICHA DE DESCRIÇÃO

TÍTULO E SIGLA

FACULDADE DE VETERINÁRIA (CMV)

DATA-LIMITE

Da década de 1940 à década de 2010

DIMENSÃO E SUPORTE

6,58 metros lineares de documentação textual.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

A Faculdade de Veterinária da Universidade Federal Fluminense é sucessora da antiga Escola Fluminense de Medicina Veterinária, fundada em 1936.

Suas primeiras instalações foram no Horto Botânico de Niterói, na sede da extinta Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária do Ministério da Agricultura. Posteriormente, passou a funcionar em um prédio da Rua Visconde de Rio Branco.

Em 1939, recebeu por doação do cientista Vital Brazil uma área de 8.800 metros quadrados provenientes dos terrenos do Instituto Vital Brasil. Atualmente, encontra-se localizada na Rua Vital Brazil Filho, no bairro de Santa Rosa em Niterói.

A Faculdade de Medicina Veterinária oferece o curso de graduação em Medicina Veterinária. Com relação a Pós-graduação a faculdade oferece curso lato e stricto sensu.

Na Pós-Graduação lato sensu oferece o curso de Residência em Medicina Veterinária. Os cursos stricto sensu são: Higiene, Inspeção e Tecnologia de Alimentos de Origem Animal; Higiene Veterinária e Processamento Tecnológico de Alimentos de Origem Animal; e Medicina Veterinária, Clínica e Reprodução.

Os Departamentos de Ensino da Faculdade de Veterinária dividem-se em: Saúde Coletiva Veterinária e Saúde Pública; Patologia e Clínica Veterinária; Tecnologia dos Alimentos; e Zootecnia.

A Faculdade de Veterinária possui a seguinte estrutura: Colegiado da Faculdade de Veterinária (CCMV); Secretaria Administrativa da Faculdade de Veterinária (SA/CMV); Núcleo Experimental de Iguaba (NEIG/CMV); Área de Pesquisa – CMV (AP/CMV); Coordenação do curso de graduação, com sua respectiva secretaria; Coordenação dos cursos de pós-graduação – lato sensu; Coordenações dos cursos de pós-graduação – stricto sensu, com suas respectivas secretarias; Departamentos de Ensino, com suas respectivas secretarias; e o Hospital Universitário de Medicina Veterinária (HUVET).

ÂMBITO E CONTEÚDO

Nesta seção encontram-se documentos relacionados a Coordenação do Curso de Graduação de Medicina Veterinária.

CONDIÇÕES DE ACESSO

Não há restrições de acesso aos documentos supracitados. Não estão, entretanto, organizados.

FICHA DE DESCRIÇÃO

TÍTULO E SIGLA

FACULDADE FLUMINENSE DE FILOSOFIA (FFF)

DATA-LIMITE

Da década de 1940 à década de 1960

DIMENSÃO E SUPORTE

7,98 metros lineares de documentação textual; 160 fotografias.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

A Faculdade Fluminense de Filosofia (FFF) foi criada como uma cooperativa, por meio de uma iniciativa de alguns professores dentre os quais destacamos Durval de Almeida Baptista Pereira, primeiro reitor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFERJ), em 8 de dezembro de 1946. Inicialmente esteve localizada na Rua Aurelino Leal, 85, no Centro de Niterói. Nesse ano foi fundada a Sociedade Cooperativa Mantenedora da Faculdade Fluminense de Filosofia Limitada. Esta sociedade tinha como objetivo suprir a demanda por professores qualificados para ministrarem aulas no estado e, também, criar uma Universidade do Estado do Rio de Janeiro, haja vista que era necessário haver uma Faculdade de Filosofia para criar uma universidade.

A Faculdade Fluminense de Filosofia, mantida por aquela sociedade, teve como seu primeiro dirigente o Prof. Durval de Almeida Baptista Pereira. Teve seu reconhecimento autorizado pelo interventor federal Hugo Silva, por meio Decreto-lei nº 3.064 de 08 de janeiro de 1947. Foi oferecido à FFF as instalações do Liceu Nilo Peçanha para dar início as suas atividades. Pelo Decreto nº 22.999, de 24 de abril de 1947 do Ministério da Educação e Cultura, foi autorizado o funcionamento dos cursos de Letras Clássicas, Neolatinas, História, Geografia e Pedagogia. O reconhecimento oficial destes cursos, se deu pelo decreto federal nº 29,362 de 14 de março de 1951. O reconhecimento do curso de Ciências Sociais se deu pelo decreto federal nº 28,680 de 26 de setembro de 1950. Já os cursos de Matemática, Línguas Anglo-Germânicas e Didática foram reconhecidos pelo decreto federal 35,628 de 08 de junho de 1951.

Em 18 de dezembro de 1960, a Faculdade Fluminense de Filosofia foi incorporada, junto com outras instituições de nível superior, à recém-criada Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFERJ), que posteriormente viria a se chamara Universidade Federal Fluminense. A FFF passou a se denominar Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFERJ e todos os seus bens passarão a ser parte do patrimônio da União.

Com a Reforma Universitária de 1968, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFF foi desmembrada, e deu origem ao Instituto de Letras, Ciências Humanas e Filosofia, ao Instituto de Educação, ao Instituto de Geociências, ao Instituto de Matemática e ao Instituto de Artes e Comunicação Social. Posteriormente, foi criado o Instituto de Letras, retirando desta forma o curso do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Esta estrutura vigora até os dias de hoje.

ÂMBITO E CONTEÚDO

Nesta seção encontram-se documentos administrativos, diários de classe, livros de ata de conselho e documentos de registro de inspetoria do MEC.

O conjunto iconográfico, por sua vez, traz temas recorrentes como missas de formatura, eventos acadêmicos, homenagens, aulas inaugurais etc.

CONDIÇÕES DE ACESSO

Não há restrições de acesso aos documentos supracitados.

FICHA DE DESCRIÇÃO

TÍTULO E SIGLA

INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL (EGA)

DATA-LIMITE

Da década de 1970 à década de 1990

DIMENSÃO E SUPORTE

3,36 metros lineares de documentação textual.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

Em março de 1968 foi criado o Instituto de Arte e Comunicação Social, em meio a diversas ações institucionais que também culminaram na criação do CineArte UFF e dos cursos de Cinema, através do cineasta Nelson Pereira dos Santos, e do curso de Jornalismo e Publicidade.

Hoje, o Instituto de Arte e Comunicação Social, da Universidade Federal Fluminense é composto por cinco departamentos – Arte, Ciência da Informação, Cinema, Comunicação Social e Estudos Culturais – e conta, hoje, com nove cursos de graduação: Arquivologia; Biblioteconomia; Cinema (bacharelado e licenciatura); Jornalismo; Publicidade; Arte; Produção Cultural; e Estudos de Mídia, além de seis programas de pós-graduação, em Ciência da Informação; Comunicação; Cultura e Territorialidades; Estudos Contemporâneos das Artes; e Mídia e Cotidiano. Além de seis cursos de pós-graduação.

ÂMBITO E CONTEÚDO

Nesta seção encontram-se documentos da Secretaria Administrativa, do Departamento de Comunicação Social e do Departamento de Documentação. O Instituto conta com um arquivo setorial, onde podem ser encontrados outros documentos administrativos.

CONDIÇÕES DE ACESSO

Não há restrições de acesso aos documentos supracitados.

FICHA DE DESCRIÇÃO

TÍTULO E SIGLA

INSTITUTO BIOMÉDICO (CMB)

DATA-LIMITE

1950-2000

DIMENSÃO E SUPORTE

9,62 metros lineares de documentação textual.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

Fundado em 1968, o Instituto Biomédico teve sua criação regulamentada pelos Decretos-Lei nº 53 de 18/11/1966 e nº 252 de 18/11/1967, seguindo o Plano de Reestruturação da UFF. Na época o instituto era formado por três departamentos: Fisiologia e Farmacologia (MFL); Microbiologia e Parasitologia (MIP) e Morfologia (MMO).

Sua história está relacionada a Faculdade Fluminense de Medicina. No mês de janeiro do ano de 1931, o Interventor Federal Plínio Casado cedeu um novo prédio, localizado na atual Rua Prof. Hernani Melo nº 101. O prédio foi a sede da Faculdade Fluminense de Medicina e, posterior, Faculdade de Medicina da UFF até 1968 quando foi transferida para o Hospital Universitário Antônio Pedro. Com a transferência da Faculdade de Medicina, o prédio passou a ser a sede do Instituto Biomédico.

O Instituto Biomédico ainda mantém seus três departamentos originais (MFL, MIP e MMO). Estes departamentos são responsáveis por ofertara as disciplinas básicas de todos os cursos da área de Saúde (Medicina, Odontologia, Veterinária, Enfermagem, Nutrição e Farmácia) tanto a nível de graduação quanto a nível de pós-graduação.

Em 2002 foi criado o Curso de Biomedicina, o que fez com que o Instituto Biomédico fosse reconhecido como Unidade de Ensino Plena por ter seu próprio curso de graduação.

Sua estrutura original era composta de um Diretor; um Vice-Diretor; uma Secretária Executiva e uma Coordenação de Extensão e outros setores como o Biotério, Almoxarifado, Eletrônicos e Audiovisuais, Reprografia e Fotografia. Hoje, sua estrutura é composta pelo Diretor, Vice-Diretor e Secretária Executiva e outros setores.

Um Colegiado compõe a estrutura do Instituto Biomédico, com competências consultiva, normativa e deliberativa no que diz respeito às políticas de planejamento, administração e execução orçamentária, das atividades de gestão, ensino, pesquisa e extensão. O Colegiado possui um Regimento Interno próprio, aprovado pela Resolução nº 69/75 do Conselho Universitário da UFF. Atualmente o Colegiado é regido pelo Regimento aprovado pela Resolução nº 125/85 de 25 de setembro de 1985 do Conselho Universitário da UFF.

ÂMBITO E CONTEÚDO

Nesta seção encontram-se documentos administrativos do Instituto Biomédico e do Departamento de Fisiologia e Farmacologia (normatização, regulamentação, grades curriculares, planos e projetos).

CONDIÇÕES DE ACESSO

Não há restrições de acesso aos documentos supracitados.

FICHA DE DESCRIÇÃO

TÍTULO E SIGLA

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS (EGG)

DATA-LIMITE

1960-1980

DIMENSÃO E SUPORTE

1,14 metros lineares de documentação textual.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

Criado em 1968, por meio do decreto nº 62.414, de 15 março, que estabelecia as diretrizes da reforma universitária nas universidades públicas brasileiras, o Instituto de Geociências (EGG), iniciou suas atividades com os departamentos de Geografia (anteriormente vinculada a antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras desde de 1963) e o de Cartografia, criado no ano de 1968, e que atualmente é denominado Departamento de Análise Ambiental.

Em 1984, foi criado o Departamento de Geologia e Geofísica, integrando-se a estrutura do instituto. No ano de 1999, foi criado o curso de especialização em Geotecnologias Aplicadas à Análise Ambiental de Bacias Hidrográficas, fato que transformaria o nome do do Departamento de Cartografia para Departamento de Análise Geoambiental em 2002.

Com a vinda do Laboratório de Geologia Marinha (LAGEMAR), anteriormente vinculado a UFRJ, para a UFF em 1984, o Instituto de Geociências ampliou seus horizontes de atuação, realizando pesquisas em navios e no oceano profundo no litoral brasileiro. O LAGEMAR trouxe para UFF pesquisadores com formação em cursos de doutorado em diversas áreas da geofísica marinha e geologia. Isso possibilitou a criação de especialização em Geologia e Geofísica que buscava formar especialistas para atuarem no programa de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC). Em 1991, foi criado curso de mestrado e em 2000 foi inaugurado o curso de doutorado, consolidando assim o Programa de Pós-Graduação em Geologia e Geofísica Marinha. O LAGEMAR também participou, em 1999, no Programa de Formação em Recursos Humanos na área de petróleo e gás da Agência Nacional de Petróleo. O curso de graduação em Geofísica foi inaugurado em 2005, como resultado da vinda e da atuação do LAGEMAR na UFF.

O EGG apresenta a seguinte estrutura administrativa: órgão executivo, representado pela Direção e Vice Direção, e um Colegiado, órgão supremo de deliberação coletiva, constituído por 13 representantes titulares e 13 suplentes. Além disso conta com um a Secretaria Acadêmica, um administrador de prédio, um Setor de Informática e uma Zeladoria.

Possui três departamentos de ensino. O Departamento de Geografia, oferece o curso de bacharelado e licenciatura em Geografia. O curso de Geografia existe desde de 1947 e foi reconhecido em 1951. O Departamento de Análise Geoambiental oferece o curso de bacharelado em Ciência Ambiental. Por fim, o Departamento de Geologia e Geofísica oferece o curso de bacharelado em Geofísica.

A nível de Pós-Graduação o EGG conta com dois programas: o Programa de Pós- Graduação em Geologia e Geofísica Marinha, com os cursos de mestrado e doutorado, e o Programa de Pós-Graduação em Geografia, também com cursos de mestrado e doutorado.

ÂMBITO E CONTEÚDO

Nesta seção encontram-se memorandos, ofícios, programas de disciplinas e documentos administrativos.

CONDIÇÕES DE ACESSO

Não há restrições de acesso aos documentos supracitados. Não estão, entretanto, organizados.

FICHA DE DESCRIÇÃO

TÍTULO E SIGLA

INSTITUTO DE LETRAS (EGL)

DATA-LIMITE

Da década de 1950 à década de 1990

DIMENSÃO E SUPORTE

12,82 metros lineares de documentação textual.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

As origens do Instituto de Letras remontam a antiga Faculdade Fluminense de Filosofia (FFF), fundada em 9 de dezembro de 1946, como estabelecimento de ensino superior mantido pela Sociedade Cooperativa Mantenedora da Faculdade Fluminense de Filosofia Limitada, cujo presidente era o Dr. Durval de Almeida Baptista Pereira.

A FFF é reconhecida como de utilidade pública pelo Decreto 3.064, de 08 de janeiro de 1947, do Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro, na época, o Coronel Hugo Silva, recebendo a partir desta data, auxílio financeiro e permissão para utilizar as instalações do Instituto de Educação do Estado (atual Liceu Nilo Peçanha), ocorre efetivamente com convênio firmado pelas Secretarias de Educação e Saúde do Estado do Rio de Janeiro e a Sociedade Mantenedora da Faculdade Fluminense de Filosofia, em 14 de janeiro de 1947.

Por intermédio do Decreto nº 22.999, de 24 de abril de 1947, da Presidência da República, a FFF obteve a autorização para o funcionamento dos cursos de Geografia e História, Letras Clássicas, Letras Neolatinas e Pedagogia.

Em 5 de abril de 1948, através do Parecer nº 66, o Conselho Nacional de Educação opinou pela autorização do funcionamento dos cursos da Matemática e Letras Anglo-Germânicas. O Decreto nº 25.178, de 5 de julho de 1948, do então presidente Eurico Gaspar Dutra, autorizou o funcionamento dos mesmos.

Dado o impulso inicial tomado pela instituição, reconheceram, seus dirigentes, a necessidade de lhe dar maior expansão com a abertura de novos cursos. Assim, foram instalados em 1950, os cursos de Didática e Ciências Sociais; e, em 1953, o de Matemática e o de Letras Anglo-Germânicas, pelo Decreto nº 28.680, de 26 de setembro de 1950, da Presidência da República e Parecer 214, de 29 de junho de 1953, da Comissão de Ensino Superior.

Em 14 de março de 1951, através do Decreto da Presidência da República nº 29.632, foram reconhecidos os primeiros cursos autorizados de Geografia e História, Letras Clássicas, Letras Neolatinas e Pedagogia.

Devido a expansão de suas atividades, em abril de 1952, a Faculdade Fluminense de Filosofia transferiu-se do Liceu Nilo Peçanha para as novas instalações na Travessa Manoel Continentino, concessão especial feita pelo Governador do Estado à época, enquanto aguardava por sua sede definitiva, que tinha como previsão uma área de cerca de 1.200m², e que ficaria localizada no centro da cidade.

Em 8 de junho de 1954, o Decreto Presidencial nº 35.628 reconheceu os cursos de Matemática, Letras Anglo-Germânicas e Didática.

Nova transferência ocorreu em 1960, passando a Faculdade a ocupar as dependências da Escola Industrial Aurelino Leal, situada à Rua Presidente Pedreira nº 79.

Fato de maior relevância ocorreu no processo de federalização das faculdades ocorrido na década de 60, a FFF foi agregada à recém-criada Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UFERJ –, nos termos da Lei Federal nº 3848, de 18 de dezembro de 1960, com o nome de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Em 1965, a Faculdade mudou-se para a sua sede própria, à Rua Dr. Celestino nº 78, construída em terreno doado pela Municipalidade de Niterói.

Com a reestruturação determinada pelo Decreto nº 62.414, de 15 de março de 1968, a Universidade passou a ser denominada Universidade Federal Fluminense, e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi desmembrada em diversas Unidades, entre as quais, o Instituto de Letras, que permaneceu na sede, juntamente com a Faculdade de Educação.

Em 1978, o Instituto de Letras foi transferido para o campus do Valonguinho, dividindo um prédio com o Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.

Em 18 de abril de 1990, o Instituto de Letras mudou-se para o recém-criado Campus do Gragoatá, onde permanece até hoje.

Atualmente o Instituto de Letras conta com 3 departamentos: o Departamento de Ciências da Linguagem, o Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas e o Departamento de Letras Estrangeiras Modernas.

O Instituto de Letras também conta com Curso de Especialização em Letras à nível de especialização lato sensu, e dois programas de pós-graduação à nível de mestrado e doutorado: o Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem e o Programa de Pós-Graduação em Estudos da Literatura.

ÂMBITO E CONTEÚDO

Nesta seção encontram-se os assentamentos individuais dos alunos.

CONDIÇÕES DE ACESSO

Não há restrições de acesso aos documentos supracitados.

FICHA DE DESCRIÇÃO

TÍTULO E SIGLA

INSTITUTO DE MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA (IME)

DATA-LIMITE

Da década de 1940 à década de 1970

DIMENSÃO E SUPORTE

3,56 metros lineares de documentação textual.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

O curso de graduação de Matemática da UFF tem suas raízes no curso de licenciatura em Matemática da antiga Faculdade Fluminense de Filosofia (FFF). Em 1949, foi implantando o curso de licenciatura em Matemática na FFF pelo Decreto nº 25.178, de 05 de julho de 1948 e teve seu reconhecimento pelo Decreto nº 35.628, de 08 de agosto 1954.

Com a incorporação da FFF à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFERJ), pela Lei nº 3.848, de 18 de dezembro de 1960, o curso de Matemática passa a funcionar dentro da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFERJ. Em 1965, a UFERJ passaria a denominar-se Universidade Federal Fluminense (UFF).

Por meio da Lei nº 5.540/68 (Reforma Universitária) foi criado o Instituto de Matemática que oferecia a formação em Licenciatura e em Bacharelado. A estrutura departamental do Instituto era dividida em três: Departamento de Análise e Lógica, Departamento de Geometria e Departamento de Matemática Aplicada.

A implantação do curso de Mestrado em Matemática ocorreu na gestão do Professor Jorge Barbosa como reitor da UFF, no período de 1971 a 1973, conforme o Parecer Sucupira do Conselho Federal de Educação de 1965.

Em 1978, ocorre a criação do Curso de Especialização em Matemática cujo objetivo era a implantação da Matemática Moderna no ensino de 1º e 2º graus. O curso ficou um tempo desativado, mas foi revitalizado na década de 80 pelas professoras do Departamento de Análise, Ceres de Moraes e Ilka de Castro. O curso seria reformulado na década de 90 (Resolução do Conselho Universitário nº 16/96) sendo transformado em um Curso de Especialização em Matemática para Professores de 1º e 2º graus (hoje ensino fundamental e médio respectivamente).

Em 1988 foi criado o Curso de Aperfeiçoamento em Matemática, voltado para professores de ensino fundamental e médio. O curso contava com apoio do CNPq. Contudo, mesmo tendo contado também com o apoio da CAPES, a partir de 1989, o curso foi desativado em 1991.

O Instituto de Matemática e Estatística da UFF (IME-UFF) é dirigido por um Diretor e um Vice-Diretor eleitos pela comunidade do instituto para um mandato de 4 anos. O Colegiado é o órgão máximo de deliberação do IME-UFF e é composto por 10 membros eleitos dentre o corpo docente para um mandato de 2 anos e uma representação do corpo discente, que corresponde a 1/5 da representação docente.

ÂMBITO E CONTEÚDO

Nesta seção encontram-se os históricos escolares dos alunos e os dossiês dos alunos do curso de graduação em Matemática.

CONDIÇÕES DE ACESSO

Não há restrições de acesso aos documentos supracitados.

FICHA DE DESCRIÇÃO

TÍTULO E SIGLA

INSTITUTO DE QUÍMICA (EGQ)

DATA-LIMITE

Da década de 1970 à década de 2010

DIMENSÃO E SUPORTE

8,36 metros lineares de documentação textual.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

Criado em 15 de março de 1968, por meio do Decreto nº 62.414, o Instituto de Química iniciou suas atividades ofertando créditos para os alunos do Curso de Farmácia. Posteriormente, com a reforma do ensino, passou a oferecer créditos para os estudantes dos cursos de graduação em Engenharia, Nutrição, Medicina Veterinária, Física e Geografia.

O Curso de Licenciatura em Química foi autorizado pelo Conselho de Ensino e Pesquisa em 1970. Seu reconhecimento pelo Conselho Federal de Educação ocorreu em 30 de setembro de 1976, por meio do Decreto nº 78.519. Ainda em 1976, o instituto inaugurava o Curso de Química Industrial que teve seu reconhecimento pelo Conselho Federal de Educação em 15 de agosto de 1979, por meio da Portaria 415 do MEC.

Em 1984, o Conselho de Ensino e Pesquisa da UFF aprovou a criação do Curso de Bacharelado em Química.

Atualmente, o Instituto de Química é formado por cinco departamentos: Departamento de Físico-Química; Departamento de Geoquímica; Departamento de Química Analítica; Departamento de Química Geral e Inorgânica; e Departamento de Química Orgânica.

O instituto conta ainda com dois programas de pós-graduação stricto sensu: o Programa de Pós-Graduação em Química e o Programa de Pós-Graduação em Geoquímica, ambos a nível de mestrado e doutorado. O instituto também conta com um programa de pós-graduação lato sensu em Ensino de Ciências.

ÂMBITO E CONTEÚDO

Nesta seção encontram-se documentos relacionados a Pós-graduação lato sensu em Ensino em Ciência.

CONDIÇÕES DE ACESSO

Não há restrições de acesso aos documentos supracitados.

FICHA DE DESCRIÇÃO

TÍTULO E SIGLA

INSTITUTO DE QUÍMICA (EGQ)

DATA-LIMITE

Da década de 1970 à década de 2010

DIMENSÃO E SUPORTE

8,36 metros lineares de documentação textual.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

Criado em 15 de março de 1968, por meio do Decreto nº 62.414, o Instituto de Química iniciou suas atividades ofertando créditos para os alunos do Curso de Farmácia. Posteriormente, com a reforma do ensino, passou a oferecer créditos para os estudantes dos cursos de graduação em Engenharia, Nutrição, Medicina Veterinária, Física e Geografia.

O Curso de Licenciatura em Química foi autorizado pelo Conselho de Ensino e Pesquisa em 1970. Seu reconhecimento pelo Conselho Federal de Educação ocorreu em 30 de setembro de 1976, por meio do Decreto nº 78.519. Ainda em 1976, o instituto inaugurava o Curso de Química Industrial que teve seu reconhecimento pelo Conselho Federal de Educação em 15 de agosto de 1979, por meio da Portaria 415 do MEC.

Em 1984, o Conselho de Ensino e Pesquisa da UFF aprovou a criação do Curso de Bacharelado em Química.

Atualmente, o Instituto de Química é formado por cinco departamentos: Departamento de Físico-Química; Departamento de Geoquímica; Departamento de Química Analítica; Departamento de Química Geral e Inorgânica; e Departamento de Química Orgânica.

O instituto conta ainda com dois programas de pós-graduação stricto sensu: o Programa de Pós-Graduação em Química e o Programa de Pós-Graduação em Geoquímica, ambos a nível de mestrado e doutorado. O instituto também conta com um programa de pós-graduação lato sensu em Ensino de Ciências.

ÂMBITO E CONTEÚDO

Nesta seção encontram-se documentos relacionados a Pós-graduação lato sensu em Ensino em Ciência.

CONDIÇÕES DE ACESSO

Não há restrições de acesso aos documentos supracitados.

8. FUNDO FACULDADE TECNOLÓGICA DE SÃO GONÇALO (FATESG)

A Faculdade Tecnológica de São Gonçalo (FATESG) foi uma instituição de nível superior, com sede à Rua Coronel Moreira César, nº 70, bairro Zé Garoto, no Município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, mantida pela Sociedade Educacional Gonçalense Ltda, com sede no mesmo endereço, Município e Estado. Foi credenciada junto ao Ministério da Educação (MEC) por meio da Portaria nº 3.383, de 06 de junho de 2002, publicada no Diário Oficial da União em 09/12/2002.

A FATESG oferecia os cursos de graduação em Gerência de Processos Empresariais, Gerência de Vendas e Gestão de Recursos Humanos.

A pedido a Instituição, a FATESG foi descredenciada junto MEC por meio da Portaria nº 523, de 12 de junho de 2013, encerrando suas atividades. Neste mesmo ato e no Parecer do Conselho Nacional de Educação – CNE/CES nº 97/2011, ficou determinado que os arquivos e registros acadêmicos seriam recolhidos junto à Universidade Federal Fluminense, que passaria a ser responsável pela expedição de quaisquer documentos necessários a comprovar ou resguardar os registros acadêmicos.

De acordo com a Nota Técnica nº 001/2019-UFF/SDC/CAR, foi realizada uma visita técnica as instalações da FATESG, em 13 de fevereiro de 2019, na qual foi constatada o processo de deterioração da documentação devido ao alto grau de sujidade e às péssimas condições ambientais do lugar.

A documentação foi recolhida junto à Coordenação de Arquivos da Superintendência de Documentação da UFF em 15 de fevereiro de 2019. A documentação recolhida encontrava-se com alto grau de sujidade. Os documentos encontram-se em tratamento de higienização para posterior identificação e tratamento arquivístico.

Ao fundo Faculdade Tecnológica de São Gonçalo foi atribuído o código BR RJUFF FATESG, em consonância com a Norma Brasileira de Descrição de Documentos Arquivísticos (NOBRADE).

» **Data-limite:** 2000-2010

» **Dimensão:** 4,9 metros lineares de documentação textual.

9. FUNDO FACULDADES SILVA SERPA (FASS)

As Faculdades Silva Serpa (FASS) foram instituições de nível superior, com sede à Rua José dos Santos Silva, bairro Centro, no Município de São Pedro da Aldeia, nº 20, no Estado do Rio de Janeiro, mantida pela Escola Disneylandia Ltda-EPP, com sede no mesmo endereço, Município e Estado. Possuía duas instituições de ensino superior: a Faculdade de Educação Silva Serpa e a Faculdade de Ciência da Computação e Informática Silva Serpa. A primeira foi credenciada junto ao Ministério da Educação (MEC) por meio da Portaria nº 2.416, de 09 de novembro de 2001, publicada no Diário Oficial da União em 13 de novembro de 2001. A segunda foi credenciada pela Portaria nº 3.011, de 18 de dezembro de 2001.

A Faculdade de Educação Silva Serpa oferecia o curso de Pedagogia com as seguintes habilitações: Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Gestão Educacional. Já a Faculdade de Ciência da Computação e Informática Silva Serpa ofertava o curso de Sistemas de Informação. Os cursos de Pedagogia e Gestão Educacional foram autorizados pela Portaria nº 2.417, de 9 de novembro de 2011. Já o curso de Sistemas da Informação foi autorizado por meio da Portaria nº 3.008, de 18 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da união em 21 de dezembro de 2001.

A pedido da instituição, as FASS foram descredenciadas junto ao MEC, solicitação esta que foi atendida de acordo com os pareceres do Conselho Nacional de Educação nº 97/2010 e 100/2010, que dispõe sobre o descredenciamento da Faculdade de Ciência da Computação e Informática Silva Serpa e da Faculdade de Educação Silva Serpa, respectivamente. Estes mesmos pareceres determinaram que os arquivos e registros acadêmicos seriam recolhidos junto à Universidade Federal Fluminense, que passaria a ser responsável pela expedição de quaisquer documentos necessários a comprovar ou resguardar os registros acadêmicos.

Em 21 de julho de 2016 foi realizada uma visita técnica da Coordenação de Arquivos na Escola Disneylândia Ltda, onde funcionaram as Faculdades Silva Serpa, para verificar a situação dos acervos e planejar seu recolhimento.

Os documentos recolhidos são compostos de: Assentamentos individuais dos alunos; Projeto pedagógico dos cursos; Planejamento e organização curricular; Planejamento da atividade acadêmica; Isenção de disciplinas, Dispensa de disciplinas e aproveitamento de Estudos; e Desligamento de alunos. A data limite dos documentos abrange o ano de 2002 até 2008.

Os documentos estão franqueados para consulta, com exceção dos Assentamentos individuais dos alunos que só poderão ser consultados pelos próprios, mediante a apresentação de documento de identificação com foto.

Ao fundo Faculdades Silva Serpa foi atribuído o código BR RJUFF FSS, em consonância

com a Norma Brasileira de Descrição de Documentos Arquivísticos (NOBRADE) .

» **Data-limite:** 2000-2010

» **Dimensão:** 4,34 metros lineares de documentação textual.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE**: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

BRASIL. **Lei nº 3.848 de dezembro de 1960**. Cria a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. Disponível em: <http://www.2.camara.leg.br/legin/fed/lei1960-1969/lei-3848-18-dezembro-1960-354411-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 26 ago. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). **Parecer nº36/2010**. Descredenciamento voluntário da Faculdade Porto Seguro e do Instituto Superior de Educação Porto Seguro, ambos com sede no Município de Iúna, Estado do Espírito Santo. Brasília: Câmara de Educação Superior, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4521-pces036-10&category_slug=abril-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 26 ago. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). **Parecer nº 97/2010**. Reexame do Parecer CNE/CES nº 329/2009, que trata do descredenciamento voluntário da Faculdade de Ciência da Computação e Informática Silva Serpa, sediada no Município de São Pedro da Aldeia, no Estado do Rio de Janeiro. Brasília: Câmara de Educação Superior 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6151-pces097-10&category_slug=julho-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 26 ago. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). **Parecer nº 100/2010**. Reexame do Parecer CNE/CES nº 359/2009, que trata do descredenciamento voluntário da Faculdade de Educação Silva Serpa, sediada no Município de São Pedro da Aldeia, no Estado do Rio de Janeiro. Brasília: Câmara de Educação Superior, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6154-pces100-10&category_slug=julho-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 26 ago. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). **Parecer nº 97/2011**. Descredenciamento voluntário da Faculdade de Tecnologia São Gonçalo, com sede no Município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro. Brasília: Câmara de Educação Superior, 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8091-pces097-11&category_slug=maio-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 26 ago. 2019.

COOK, Terry. **O conceito de fundo arquivístico**: teoria, descrição e proveniência na era pós-custodial. Tradução de Sílvia Ninita de Moura Estevão e Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017.

DUCHEIN, M. **O respeito aos fundos em arquivística**: princípios teóricos e problemas práticos. Tradução Maria Amélia Gomes Leite. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v. 10-14, p. 14-33, abr. 1982/ago. 1986. (Colocar em fonte Times New Romans).

GRUPO DE TRABALHO ESTATUTO (UFF). **Compilação do Estatuto da UFF incorporando as alterações decorrentes da legislação federal, e de Decisões e Resoluções do Conselho Universitário**. Niterói: 2016. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/3820?mode=full>, Acesso em 26 ago. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). Portaria nº 2.416, de 09 de novembro de 2001. **Diário oficial da União**, nº 217, seção 1, Brasília: Imprensa Nacional, 2011, p. 17.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). Portaria nº 2.417, de 9 de novembro de 2011. **Diário oficial da União**, nº 217, seção 1, Brasília: Imprensa Nacional, 2011, p. 17.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). Portaria nº 3.011, de 18 de dezembro de 2001. **Diário oficial da União**, nº 243, seção 1, Brasília: Imprensa Nacional, 2011, p. 43.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). Portaria nº 3.383, de 06 de junho de 2002. **Diário Oficial da União**, nº 237, seção 1, Brasília: Imprensa Nacional, 2002, p. 17.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). Portaria nº 523, de 12 de junho de 2013. **Diário oficial da União**, nº 133, seção 1, Brasília: Imprensa Nacional, 2013, p. 14.

SOUZA, Rosale de Mattos. Histórico do prédio do Arquivo Central do Núcleo de Documentação da UFF. Niterói, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Portaria nº 45.237 de 21 de julho 2011. Ratifica e aprova a reestruturação administrativa relativa ao Centro de Artes da UFF – CEART. **Boletim de Serviço nº 117**, Seção II, ANO XLI, 21/07/2011 p. 016 à 019.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Sítio eletrônico da Coordenação de Arquivos da UFF**. Disponível em: <http://arquivos.uff.br/>. Acesso 26 ago 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Sítio eletrônico da Coordenação do Curso de Graduação em Medicina Veterinária**. Disponível em: <https://coordenacaoveterinaria.sites.uff.br>. Acesso em: 16 jul. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Sítio eletrônico da Escola de Enfermagem da UFF.** Disponível em: <https://eeaac.sites.uff.br>. Acesso em: 16 jul. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Sítio eletrônico da Escola de Engenharia.** Disponível em: <https://www.engenharia.uff.br>. Acesso em: 16 jul. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Sítio eletrônico da Faculdade de Educação da UFF.** Disponível em: <https://feuff.sites.uff.br>. Acesso em: 16 jul. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Sítio eletrônico da Faculdade de Farmácia da UFF.** Disponível em: <https://farmacia.sites.uff.br>. Acesso em: 16 jul. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Sítio eletrônico da Faculdade de Odontologia da UFF.** Disponível em: <https://faculdadedeodontologia.sites.uff.br>. Acesso em: 16 jul. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Sítio eletrônico da Universidade Federal Fluminense.** Disponível em: <http://www.uff.br/>. Acesso em: 16 jul. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Sítio eletrônico do Instituto Biomédico.** Disponível em: <https://biomedico.uff.br>. Acesso em: 16 jul. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Sítio eletrônico do Instituto de Letras.** Disponível em: <https://letras.uff.br>. Acesso em: 16 jul. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Sítio eletrônico do Instituto de Matemática e Estatística da UFF.** Disponível em: <https://www.ime.uff.br>. Acesso em: 16 jul. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Sítio eletrônico do Instituto de Química.** Disponível em: <https://quimica.sites.uff.br>. Acesso em: 16 jul. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Memória e Informação UFF.** Disponível em: <http://www.memoria.uff.br/>. Acesso em: 20 mai. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Estatuto e Regimento Geral da UFF.** Niterói: 1983. Disponível em: <http://www.uff.br/sites/default/files/estatuto-regimento-uff.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2019.

GUIA DE FUNDOS
DA COORDENAÇÃO DE
ARQUIVOS

1ª EDIÇÃO 2020